

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos. Ivanir dos Santos (depoimento, 2003). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ivanir dos Santos
(depoimento, 2003)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Levantamento de dados: Amilcar Araujo Pereira;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Amilcar Araujo Pereira;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 01/12/2003

Duração: 2h 0min

Arquivo digital - vídeo: 2; Fita cassete: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha do entrevistado se justificou, entre outros, por sua participação na comissão de organização do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen).

Temas: Classe média; Discriminação racial; Ensino; Falecimento; Família; Movimento negro; Negros; Partidos políticos; Polícia; Política; Racismo; Religião; Religiões afro-brasileiras; Trajetória política;

Sumário

1ª Entrevista: 01.12.2003

Fita 1-A: origens familiares; a busca do pai, que conheceu após 40 anos; possíveis causas do falecimento da mãe em meados da década de 1960; separação da mãe, aos cinco anos, e internação no Serviço de Assistência ao Menor (SAM); a trajetória no SAM e na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem); importância do professor de música da Funabem, Luís Gonzaga Pires, para a formação do entrevistado; atividades de resistência desenvolvidas na Funabem: criação de jornal (1971) e formação de grêmio.

Fita 1-B: os primeiros empregos, após desligamento da Funabem: professor de música em uma escola e trabalho em uma gráfica; o contato com a política partidária, por influência do professor Luís Gonzaga Pires; causa do falecimento da mãe, em meados da década de 1960; a visita ao padrasto, na ilha Grande, no início dos anos 1970; o contato com iniciativas do movimento negro contemporâneo, no início da década de 1970, no Rio de Janeiro; o processo de fundação da Associação dos Ex-alunos da Funabem (Asseaf), em 1979; o ingresso no curso de educação da Faculdade Notre Dame, em Ipanema, no Rio de Janeiro, em 1979; o trabalho como professor de música da Funabem, em diversas localidades, no Rio de Janeiro; contato com Togo Ioruba no Instituto Padre Severino e engajamento no movimento negro; o estigma que sofrem alunos e ex-alunos da Funabem e a especificidade da atuação do entrevistado no movimento negro decorrente dessa origem; contatos com militantes e instituições do movimento negro; comentário sobre grupos divergentes no Instituto de Cultura e Pesquisas Negras (IPCN), no Rio de Janeiro; lembrança de entrevistas com Beatriz Nascimento e Abdias do Nascimento, que chamaram sua atenção para a questão racial; as dificuldades do movimento negro em incorporar a seu discurso sobre a questão racial a situação dos alunos da Funabem, das prostitutas e de outros marginalizados; a luta contra a violência policial e grupos de extermínio; menção ao "passeato", passeata e ato público que constituiu a primeira manifestação de rua da Asseaf no Rio de Janeiro (1984); a criação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), em 1989, e a crítica de lideranças do movimento negro ao financiamento dessa entidade por recursos da cooperação internacional; a participação, primeiro, da Asseaf e, depois, do Ceap na organização dos I e II Encontros de Negros Sul-Sudeste e no I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen) (1991); menção à ausência do Movimento Negro Unificado (MNU) do I Enen; os planos do entrevistado para dar continuidade ao projeto do Enen, e sua decisão de se concentrar nas atividades do Ceap; a atuação do Ceap.

Fita 2-A: a qualidade do ensino na Escola Quinze, no Rio de Janeiro, e a caracterização de sua clientela; a participação do entrevistado, via Ceap, no processo de articulação do I Enen, em 1991; o lançamento da campanha de ação afirmativa do Ceap, baseada no símbolo das camélias, em novembro de 2003; mudanças de perspectiva, dentro do movimento negro, a respeito da questão das cotas para negros nas universidades públicas; a inserção da reserva de vagas para negros no relatório oficial que o governo brasileiro levou para a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001; a primeira lei de cotas do Brasil, Lei nº 3.708 aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado

do Rio de Janeiro (Alerj) em 2001; a defesa de políticas de ação afirmativa como estratégia política do movimento negro; a importância do debate suscitado pela instituição de cotas em universidades públicas; a atuação política do movimento negro, em comparação com a atuação de partidos políticos, especialmente de esquerda; o significado da ação do movimento negro no Brasil à época da entrevista; os efeitos do ingresso de militantes do movimento negro na academia; relato da aproximação com o candomblé; comentário sobre sua origem e a relação com o pai, depois de encontrá-lo; os cinco filhos e dois netos do entrevistado e o aprendizado da convivência em uma casa, com família, em contraste com sua experiência de crescer em alojamentos.

Fita 2-B: críticas ao discurso da Funabem à época em que era interno; a trajetória individual do entrevistado como típica, na sociedade brasileira; a busca das origens maternas; a realização da "Marcha contra a farsa da abolição", em 11/5/1988, na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro: a reação do Exército e a repercussão do evento; os efeitos da "Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida", realizada em 20/11/1995, em Brasília; o significado da inscrição de Zumbi no livro dos heróis nacionais, em 20/11/1996; a necessidade de envolvimento de toda a sociedade brasileira nas políticas de ação afirmativa; a importância da Lei nº 10.639, sancionada em janeiro de 2003, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio; a origem da ideia de que o 20 de Novembro fosse o dia nacional da consciência negra; avaliação da trajetória e dos avanços conquistados pelo movimento negro; a importância da ação afirmativa como estratégia do movimento e a repercussão da campanha baseada no símbolo da camélia, lançada pelo Ceap à época da entrevista; opinião sobre a criação da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em março de 2003; a dificuldade de conciliar a vida familiar com as atividades da militância do movimento negro; o significado da militância no movimento negro para a trajetória pessoal do entrevistado.

Entrevista: 01.12.2003

Verena Alberti – Nós tínhamos pedido o seu currículo e nos foi cedido, foi mandado para a gente, e então, nós nos baseamos aqui em algumas informações desse currículo, mas temos outras perguntas para fazer, e queríamos já ir começando do início: Aqui está dizendo que o senhor tem 47 anos agora, é verdade?

Ivanir dos Santos – 49.

V.A. – Então está atrasado.

I.S. – Isso foi na época que eles fizeram, hoje eu tenho 49.

V.A. – Quando que você nasceu?

I.S. – Tem uma controvérsia pequena, na verdade eu fui registrado em 12 de julho de 1954, como minha data de nascimento. Mas agora recentemente, dois anos atrás eu descobri meu pai, depois de 40 anos. E aí ele me traz a novidade de que na verdade eu nasci em 1955. Segundo ele, eu sou de 29 de maio de 1955. Mas eu não estou mexendo muito com essa data, estou considerando a data de 12 de julho. Mexer nessa data vai dar muita confusão, então eu estou considerando essa data.

V.A. – E nasceu onde, aqui no Rio mesmo?

I.S. – Rio de Janeiro.

V.A. – Onde no Rio?

I.S. – Eu nasci... Ele me diz uma coisa, mas não é bem isso que parece, que consta. Aparentemente eu nasci na Mangueira. Minha mãe morava na Mangueira, segundo me parece, eu nasci no Hospital Pedro Ernesto. Embora ele diga que não foi, que foi na Pró-Matre, mas eu considero ali então, a Mangueira, aquela área do Maracanã, ali.

V.A. – E seu nome é Carlos Alberto Ivanir dos Santos?

I.S. – Está correto.

V.A. – E a mãe é Sandra Maria Ivanir dos Santos?

I.S. – Esse é o problema. Porque nos meus documentos, consta Sônia Regina dos Santos. Com o descobrimento dele, ele diz que não é Sônia Regina dos Santos, que é Sandra Maria.

V.A. – Ivanir dos Santos? Sem o Ivanir?

I.S. – Não. Seria só Sandra Maria Ivanir. O meu nome tem Santos por causa do nome dele, que é José do Carmo Santos. Que na minha certidão não consta o nome dele.

V.A. – E o senhor o encontrou agora, assim, depois de tanto tempo?

I.S. – Encontrei depois de 40 anos.

V.A. – Como foi?

I.S. – Uma busca muito grande. Uma história. Só isso aí já dá uma história... Eu vejo que é muito comum nas famílias negras, pobres, uma história parecida. Eu faço uma busca há muitos anos, desde quando eu estava na FUNABEM, e há dois anos atrás, eu estava sentado aqui no Hotel Glória com alguns militantes do Movimento Negro, Filó, Reinaldo, o Celso do INCRA... Quando, na conversa com eles, eles começam a falar sobre a Praça Onze. E na conversa de Praça Onze para cá, Praça Onze para lá, Tia Ciata para cá, Tia Ciata para lá... Um deles, o Celso que trabalha no INCRA, me diz: “Eu morei lá. Conheci Tia Ciata, porque eu morei na comandante Mauriti.” E essa rua eu tinha na minha memória, porque foi uma rua que a minha mãe morou. Aquela área ali também era uma área de prostituição. Aí, eu brincando com ele, falei: “Você não morou na comandante Mauriti.” Ele falou: “Morei, Ivanir.” Eu digo: “Não morou.” Morou, não morou... Ele falou: “Morei sim.” Eu falei: “Você

conheceu a Sônia?” Ele disse: “Conheci uma magrinha sarara...” Eu falei: “Pois é. Sou filho dela.” Ele quase desmaiou. Ele disse: “Não acredito.” Eu falei: “É. Sou filho dela...” Aí ele disse: “Eu lembro.” Eu falei: “Ela era campista...” Ele disse: “Não. Ela era campista, mas era de Santa Eduarda...” Ele me falando...

Aí, conversa vai, conversa vem, ele me indica uma pessoa, que eu deveria procurar porque conheceu aquelas mulheres todas ali. Eu vou procurar essa pessoa, vou conversar com ele, um despachante do DETRAN, na época eu era subsecretário de Estado... É óbvio que os arquivos se abrem com mais facilidade... E essa pessoa me conheceu garoto, não sabia, me vê muito na televisão, me vê na batalha, mas não sabia que eu era aquele garoto que foi próximo lá deles. Então, ele me dá uma outra dica, que eu devia procurar uma pessoa chamada Joãozinho, que era filho da minha madrinha, a pessoa que tinha me batizado, que ainda morava na Praça Onze naquelas imediações. Aí eu vou lá conversar com ele. Na conversa com ele – ele é um ex-policial, um policial reformado, segura um pouco a onda, não fala muito, mas me apresenta uma senhora chamada Dona da Bahia. A Dona da Bahia vira para mim e diz: “Você conhece esse rapaz?” Ela disse: “Não conheço não. Ele é bonito, vejo ele na televisão...” Ele disse: “Pois é. Ele é o filho da Sônia.” A Dona da Bahia ficou emocionada: “Eu não acredito. Eu vi esse menino pequeno, peguei ele no colo...” Ela era amiga de baile da minha mãe... Aí começa a falar e diz: “Volta aqui à noite e procura uma pessoa chamada Cléber, que o Cléber foi namorado da sua mãe e ele pode saber mais alguma coisa.”

O que me interessava era saber de que lugar de fato ela era, ela nasceu. Porque a versão oficial que eu tinha, é que ela tinha se suicidado tacando fogo. Depois eu vou descobrir com essa história toda, que não é verdade. Na verdade ela foi assassinada pela Invernada de Olaria¹, pela polícia. Aí eu volto para conversar com o Cléber à noite, aí ele disse para mim: “Já mandei avisar o seu pai.” Eu digo: “Como, rapaz, você mandou avisar o meu pai?” Ele disse: “Eu mandei avisar o seu pai na Vila Kennedy, o Broto.” Eu disse: “Não. O Broto não é meu pai. O Broto é meu padrasto.” Porque até então, o que eu tinha na minha memória desde garoto, é que eu era filho de um baiano mecânico, isso eu sabia.

V.A. – Sua mãe contava...

¹ Grupo de extermínio formado por policiais nos anos 60, no Rio de Janeiro.

I.S. – Não. Porque eu tive uma convivência com ele, muito pequena, mas eu tive. Eu lembro dele ter me levado para a casa dele algumas vezes... Isso eu sabia. Aí eu disse para ele: “Não, o Broto não é meu pai. O Broto é o meu padrasto.” Aí, eu falei para ele assim... Não sei o que me deu, eu falei: “Aqui tem algum baiano antigo que conheceu minha mãe?” Ele falou: “Claro que tem. O Fala fina, o mecânico.” Eu falei: “Se ele é baiano, é mecânico e conheceu minha mãe, com certeza ele conheceu meu pai.” Aí, era um velhinho que fazia mecânica ali na Presidente Vargas. Andava de jaleco azul, e os carros que enguiçavam na Av. Presidente Vargas, esse velhinho concertava. Eu fui conversar com ele, e me disseram: “Ele está trabalhando agora, você volta à noite.” Voltei à noite, e no que eu volto ele vira e diz para mim: “Ele janta ali em um lugar ali.” Eu fui lá no lugar que ele jantava, mas ele não se apresentou. Eu estou indo para casa, e me disseram: “Volta, porque ele conhece, não só o seu pai, como sabe o nome.” Aí eu voltei para falar com ele. Fui falar com ele, estava com a minha filha mais velha, aí eu disse assim para ele: [incompreensível] Ele disse: “Tem três Sônias. Aqui tinha a Sônia da Carmo Neto, tinha uma outra em uma rua ali do lado, e tinha a da Comandante Mauriti, que tinha um filho com o Baiano da praia.” Aí me vem a lembrança da praia do Calabouço. Ele falou: “Eu sei o nome dele, claro.” Aí eu falei... E ele disse: “Ah... Vi você garoto, mas não sabia...” Aí ele disse: “Baiano da praia, o nome dele é José do Carmo Santos. Eu sei porque nós fomos muitas vezes presos por vadiagem, então, minha mãe levava lá para pegar o *Habeas corpus*, e via o nome dos dois.” Ele também era baiano.

E a partir daí eu comecei então. Chamei um amigo meu, que era ex-aluno da FUNABEM comigo, que foi da Polícia Federal, pedi que entrasse nos arquivos para localizar José do Carmo Santos, mas ele foi procurar o José do Carmo dos Santos. E nisso ele fez uma procura longa. José do Carmo dos Santos ele achou mais de 30. Chegou um mineiro preso velhinho, e disse: “Ele é mais velho do que eu um ano.” O velhinho tinha, na época, 68 anos, ele deveria ter 69, isso foi em 2000. Essa história começou em 2000 e eu vou entrar nela até 2001. Aí ele achou o velhinho, não era, e procura... Aí, achamos um em Minas, não era. E procura de cá, procura de lá... Como eu sou candomblecista, eu fui a Bahia, todo mês de janeiro eu vou, em 2001 eu vou fazer minhas obrigações normais, que é um preceito que nós fazemos, e eu coloco a cabeça no chão e peço: “Eu quero que vocês me mostrem, ou vivo ou morto, eu quero saber para acabar com essa conversa logo, com essa história...” Porque na verdade, eu não procurava ele. Eu sempre procurei a minha mãe mais do que ele.

Nisso, o velhinho dizia: “Ele não é dos Santos, é José do Carmo Santos.” Volto para o Rio, passo os 21 dias do preceito, ligo para esse meu amigo e digo: “Vamos lá no Félix Pacheco. Eu quero ir no Félix Pacheco para procurar essa história.” Ele vai comigo, e quando eu chego no Félix Pacheco, as pessoas me conhecem e dizem: “Professor, o senhor aqui...” Eu disse: “Eu queria ver uma pessoa aí, José do Carmo...” A mulher que estava no computador disse: “José do Carmo Santos.” Abriu...

No que vai no Santos, tinham 15. Eu disse: “Ele é um baiano.” Ela disse: “Tem um baiano aqui.” Eu disse: “Tem a ficha penal dele?” Ela disse: “Tem.” Eu disse: “Vamos ver.” Vimos a ficha penal. Na ficha penal vem a prisão por vadiagem, e vem outras coisas. Aí eu procuro, vem o nome da mãe dele e do pai, vem que ele é da Bahia, mas não diz de que lugar na Bahia. Aí eu volto para conversar com o senhor Inocêncio, e bate o senhor Inocêncio com ele. Porque um era o mecânico que trabalhava na Presidente Vargas, e ele era o mecânico que trabalhava na orla marítima, por isso que era considerado o Baiano da praia. O velhinho falou: “Ele morou em Nilópolis, no final da Mirandela.” Isso eu sabia, porque quando eu era garoto, ele me pegava aqui, me levava para Nilópolis, soltava na estação de Nilópolis e pegava um ônibus que ia até o final da Mirandela. Então batia.

Aí, a partir dali eu falei para o velhinho: “Não, ele foi para São Paulo.” Ele disse: “Foi para São Paulo. Chegou uma bronca aí, e ele se mandou para São Paulo.” Depois eu vou descobrir porquê. Porque ele é condenado por furto, então ele vai embora. Aí eu vou, mando ele entrar de novo, contrato um detetive em São Paulo para localizá-lo. Aí, em São Paulo, ele descobre que ele respondeu por receptação. Era mecânico... Na cidade de Suzano, em São Paulo, mas que ele morava na rua das Olarias número 3, em Guaianazes. Aí, eu mando procurar... A polícia vai até esse endereço e não acha. Aciono a Casa Militar do governador, vai até lá e não acha. Aparece um outro endereço dele em São Miguel Paulista, ele vai procurar e nada, era uma faculdade. Um rolo danado.

Aí eu chamo o advogado do CEAP, tento procurar e digo: “Adriano, esse cara compra alguma coisa a crédito. Então a gente tem que entrar em alguma coisa dessa para achar ele.” Ele disse: “Não, Ivanir. Você não é amigo do Juiz Dória...” Foi um Juiz que é casado com uma negra que nós defendemos em uma contenda com um Canadense na zona Sul. “...Pede a ele.” Aí eu liguei para o Dória: “Dória, preciso de um favor seu.” Ele disse: “O que foi?” Aí contei a história para ele, e vira para mim e diz assim: “Estou viajando hoje para Roma, mas você liga para a minha assistente, o telefone dela é esse... E fala com ela, porque eu vou

deixar para ela pedir isso.” Liguei para assistente dele, ele anotou tudo e disse: “ele já falou comigo...” Quando foi no dia 11 de maio de 2001, eu estava coordenando uma reunião grande do Movimento Negro para a reunião pré-Durban, que era para a conferência de Durban, na África do Sul. Eu era tanto do comitê nacional, quanto do internacional, estava cuidando da delegação do Movimento Negro que ia, quando toca o meu celular, e ela diz para mim: “Olha professor...”

Engraçado... Nesse período que eu estou procurando, eu tenho um sonho com uma pessoa careca com uma guia de Ogum no pescoço e dizendo: “Só você acha.” Porque até então, eu tinha mandado a polícia, e ela dizia: “Só você acha.”

Bem, aí eu estava na reunião, ela me liga na reunião e diz para mim o seguinte: “Professor, já procuramos em todos os presídios, ele não está preso; a Polícia Federal já foi no endereço, não achou e já vimos os hospitais, ele não está internado; agora só faltam os cemitérios, preciso saber se ele morreu.” Eu falei: “Pois é, mas o endereço da rua das Olarias em Guaianazes.” Ela disse: “Já fomos nesse endereço, rua das Olarias em Guaianazes. A Polícia Federal já foi lá, nós pegamos a equipe do doutor Tuma. Então essa equipe foi lá e não achou nada, o tribunal pediu e não achou nada. Aí eu falei: “Ele é baiano.” Ela disse: “Sim. De Alagoinhas.” Então esse era um dado que eu não tinha. Anotei Alagoinhas. Nisso eu acabei a reunião, viajo para Genebra para a pré-Conferência da ONU, volto e ligo para uma amiga minha na Bahia, que era do serviço social do SESC. Eu ligo para ela e falo com ela: “Estou precisando de um favor seu.” Ela: “O que foi?” Eu disse: “Você tem como entrar no Fórum de Alagoinhas e achar a certidão dessa pessoa?” Dei o nome todo, dei o nome do pai dele, que é Catarino José dos Santos, e da mãe dele, que era Joana Nercina do Carmo. Aí ela falou: “Tudo bem...” Eu expliquei: “É que pode ser meu pai...” Ela falou: “Vou entrar sim.” 10 minutos depois ela me liga: “Ivanir, a mulher do cartório conheceu sua avó, e tem uma pessoa da família dele ainda na cidade. Então eu vou tentar ver se você consegue conversar com ela, vou ver o endereço... Eu disse que era segredo de justiça do Tribunal da Bahia, que o tribunal está procurando em uma investigação de paternidade.” Eu disse: “Tudo bem.”

Aí, eu viajei para o Chile, para uma outra reunião, uma mesa de diálogo da comunidade indígena da América Latina e do Movimento Negro, para essa história da Conferência. E quando eu volto eu ligo para ela. Ela disse: “Espera um pouquinho.” Aí ligou: “Olha, eles moram...” Aí deu uma rua e deu o endereço, o bairro se chama Teresópolis.

Coincidentemente, o bairro que me separa da minha família chama-se Teresópolis, aqui no Rio. Quando eu sou internado no CEM, eu sou transferido para uma escola em Teresópolis. E o bairro que eles moravam lá tinha esse mesmo nome. Aí, me dá um telefone e eu ligo para um vizinho, e o vizinho me diz: “Deve ser o Nino, ele tem muitos filhos... Mas ele não mora aqui. Já esteve aqui, vendeu cobra, já aprontou aqui muito, mas ele está em São Paulo. Você liga para a casa dessa pessoa à noite, é irmã dele, porque ela agora está trabalhando. No sábado botaram um telefone na casa dela.” Aí me dá o telefone. Então eu ligo para ela, e foi primeira vez na minha vida que eu falo com um parente, até então, eu não conhecia ninguém. Aí falo com ela, e ela muito emocionada, mas muito nervosa, porque ela achou que fosse a polícia na verdade atrás do cara. Aí ela falou: “Não. Eu não tenho contato com ele. Ele fica muito em São Paulo junto com minha irmã, eu não tenho contato...” Eu expliquei com calma, aí ela me dá o telefone dessa irmã dela, que chama-se Beatriz e tem a minha idade. E essa outra irmã dela chama-se Angélica. Aí eu ligo para São Paulo para falar com a Angélica. A Angélica está meio nervosa, e põe o marido para falar comigo, eu vou explicando para eles: “Não é nada demais, o problema é esse, mas eu vou deixar com vocês o telefone da minha casa, e vocês me ligam, se souberem de alguma coisa...” Expliquei com muita calma... Quando eu cheguei em casa, tinha o telefone de uma outra, chamada Conceição, que é a mais velha das mulheres. Ela deixou um telefone, eu ligo para a casa dela e ela diz: “Não meu filho, você pode ser filho dele sim, porque quando ele morou no Rio, ele mandou para minha mãe, elas eram muito pequenas e não lembram disso, mas mandou para minha mãe uma foto em um carro com uma mulher do lado e um menino em cima do capô do carro, ele dizendo que tinha constituído família. Eu vou amanhã na casa dele falar com ele. Ele esteve na minha casa na Páscoa, ele está morando aqui em São Paulo e eu vou lá falar com ele.”

Ele morava aonde? Rua das Olarias número 13 em Guaianazes. Depois eu explico porque não acham ele. Foram lá. Na véspera de *Corpus Christi* desse ano, eu estou entrando no banco quando me ligam. Ela liga e fala assim: “Meu filho, fala com seu pai aqui. Ele está no telefone.” Aí eu fui falar com ele, ele disse: “Meu filho, há 40 anos que eu não te vejo. Eu já ia no Faustão fazer um apelo para te achar...” Aí falou lá... Aí eu falo uma coisa, ele disse: “Sua mãe...” Eu falei: “Pois é, ela foi assassinada pela polícia...” Ele disse: “Não. Ela se suicidou tocando fogo.” Essa era a versão oficial, e eu não tinha dito para ninguém na família dele, apenas falei, que foi a versão que eu descobri depois, que ela tinha sido assassinada pela polícia, ele disse: “Não. Se suicidou tocando fogo.” Essa era a versão oficial.

Aí eu falo com ela de novo e peço, se ela podia botar ele ônibus para vir para o Rio no dia seguinte. Aí ele conversa comigo, eu digo que depois eu dava o dinheiro à ela, e ela vem. Quando chega no *Corpus Christi*, ele chega no Rio com a irmã, e eu vou conhecê-lo então. Essa é a história.

V.A – Na rodoviária?

I.S. – Na rodoviária.

V.A. – Porque ele não estava na rua lá?

I.S. – Depois disso, eu vou à Alagoinhas, visito o túmulo dos meus avós, vou ver a casa onde eles nasceram, vou a São Paulo conhecer os outros tios, tem uma família grande em São Paulo, os primos... Todo mundo ficou impressionado, porque eles me conhecem da televisão, já me viram, e nunca pensaram... E um detalhe interessante: Todas as mulheres da família quando me vêem choram, porque, segundo elas, eu sou o retrato do meu avô, sou o retrato fiel dele. Aí eu vou descobrir porquê. A minha avó era uma grande rezadeira, isso é uma tradição da família. E a bisavó dele, ensinou uma reza para ele, que a polícia não chega nele. Então, eles tem um segredo, que a polícia vai na porta e não localiza. Por isso que não achou. Pro isso que eu sonhei que disse: “Só você acha.” Só quando eu tirei a polícia é que eu cheguei até ele. Como sou eu que vou procurar... Essa é a história. Uma história que eu acho que é como a de milhares, milhões de pessoas nesse país, onde o Estado ao invés de agregar as famílias negras, acaba destruindo, achando que está fazendo um grande feito.

V.A. – E como é que foi a sua trajetória de desagregação familiar então?

I.S. – Eu nem diria... Talvez a minha sorte seja que eu nunca fui um abandonado. Na verdade eu nasci em uma comunidade, fui criado entre a Praça Onze, que era uma área de prostituição, sou filho de uma prostituta, e o morro da Mangueira e a favela do Esqueleto. Onde eu passei, vamos dizer, do meu um ano até cinco ou seis anos, tem controvérsias. Pela história dele, eu tinha cinco anos. Eu nasci em 1955, eu tinha cinco anos. Quando de repente, eu vi muita coisa... Minha mãe era uma pessoa muito enturmada, e quando eu sou raptado

pela polícia. Na verdade foi isso que ocorreu, essa pressão que a sociedade faz para tirar a criança de rua... Então a polícia começou a fazer uma batida na área de prostituição para tirar as crianças. E elas esquecem que a maioria das crianças que viviam nessas áreas eram filhos de mulheres que não tinham emprego, e usavam o corpo para sustentar o filho. As pessoas têm uma noção da prostituição de uma forma muito moral, eu não tenho. Eu sempre vejo as razões econômicas que levam pessoas como ela, uma campista, camponesa, que vem para cá, tem um filho, e para sustentar o filho...

Então, foi a partir daí que eu fui levado para o SAM, na época era o SAM. Hoje eu comprehendo, conversando com as pessoas, que no fundo era uma represália da polícia contra ela. Porque, primeiro tiram-lhe o filho, eu sou internado no SAM, sou transferido para Teresópolis. Ela não tem acesso, nunca me viu depois disso, e me contam que ela passou o tempo todo procurando o filho. Até que culmina com a morte dela. Eu vou descobrir isso com 14 anos quando eu sou transferido. Primeiro eu vou para Teresópolis, depois eu vou para a Escola Quinze, que era escola modelo para todo mundo. Eu vou para lá, e quando eu vou para lá, você sai nos finais de semana. Então nos finais de semana eu volto à rua Comandante Mauriti. Todas as prostitutas, as pessoas me conheciam, e eu não conhecia nenhuma delas, já aos 14 anos. E ali eu vim saber da história. Coincide justamente com o período da repressão. Ela vai morrer entre 1964 e 1966, pelos dados que me dizem. Então isso mostra que a própria... Que dentro da repressão política que se instala no Brasil a partir desse período, você também legitima a ação dos esquadrões da morte. E a suspeita é que foi uma equipe da invernada de Olaria. Não vamos esquecer que foi a invernada de Olaria que criou a turma do Le-Cocq, o esquadrão, a escuderia Le-Cocq. Aí você vê o quanto tem atrocidades que acontecem no meio popular e você não se dá conta, porque não são setores organizados como os setores médios da sociedade, que transformam suas perseguições em motivação política. E na área popular vira crime comum, e até legitimado por setores da sociedade que acham que você está matando bandidos.

Então a história é um pouco essa: Vou ser criado em escola interna até meus 18 anos, quase 19. Vou ser músico, talvez uma coisa que, foi bom para mim porque eu fui aprender música, aprender clarinete, depois vou aprender percussão porque eu tive tuberculose aos 14 anos, dentro dessa instituição. E tive uma pessoa muito importante dentro da minha vida, que era um professor de música meu. Foi com ele que eu comecei a compreender um pouco... Ele tinha trabalhado com o João Goulart, estava lá justamente por conta da perseguição política,

aí arrumaram um emprego para ele lá na FUNABEM. Foi muito engraçado isso, chamava-se Luís Gonzaga Pires e que coincidentemente, ele tinha sido um ex-aluno do SAM também. Ele até brincava, ele começava a estória dele dizendo que a família dele tinha 14 irmãos, ele era o caçula, e na vez dele a fonte secou, porque o doutor Manuel Caetano Pires, que era o pai dele, um português rico, morreu. Era casado com uma negra. E com esse homem eu aprendi duas coisas: primeiro foi o despertar da consciência racial, não da consciência política, mas do problema, porque ele protegia os negros da banda, o outro protegia os brancos. Era muito engraçado isso...

V.A. – O outro era quem? O outro professor?

I.S. – Eu prefiro não citar o nome dele.

V.A. – Não. Era um outro professor?

I.S. – Era um outro professor também, que era um ex-aluno, e que não era branco. E protegia os brancos.

V.A. – Isso era na Escola Quinze?

I.S. – É. E ao mesmo tempo ele dizia o seguinte: “Vocês têm que ser os melhores, porque a cor não ajuda.” Era assim que ele tratava da questão racial. Sempre ouvi isso: “Vocês tem que ser os melhores...” É tipo o discurso de famílias conservadoras, pobres e negras: “A cor não ajuda.” Sei que o que ele queria dizer para mim era o seguinte: “Pelo fato de ser negro, você não encontra facilidades na sociedade. Vocês têm que ser os melhores.”

Ele foi um cara importante na minha vida, por isso. Depois, quando eu saio da FUNABEM, ele nos ajuda a construir uma república de ex-alunos, todos negros e músicos. E todos eram militares, com exceção de mim, eu era o único que não era militar. É muito engraçado isso: quando ele vai levar uma turma para a polícia militar de Brasília, ele me tira da lista: “Você não.” Porque naquela época, músico era o único que saía de soldado e ia direto a sargento, uma das poucas profissões do militarismo. Então para os ex-alunos, era muito típico isso, muito bom. Era uma ascensão rápida na carreira militar. [incompreensível] “Você não dá

para isso. Você vai dar para ser um bom advogado, você não vai dar para esse tipo de coisa.”
Coincidiu a opinião dele...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.S. – Eu estava na...

V.A. – Que o senhor não foi ser militar porque ele falou...

I.S. – Eu seria um bom advogado, tinha uma boa oratória, ele dizia: “Você fala bem.” E coincidiu um pouco com o que eu ouço das pessoas que conheceram minha mãe, que diziam que a minha mãe, sempre em um momento de crise, de violência da polícia, ela dizia assim: “Meu filho vai ser um juiz e vai me defender.” Dizem que ela sempre falava isso, embora, eu não virei nem juiz nem advogado. Mas ela sempre dizia isso, e a fala dela coincidia com a opinião dele: “Você não dá para isso.”

E com ele foi que eu também aprendi o interesse pela política. Embora as pessoas não conheçam, dentro da FUNABEM, dessas organizações, tem resistência, que não é considerada pelo mundo externo. Por exemplo: Nós criamos, na nossa época, um jornal chamado *O Grito*, que durante um período ele era controlado pela direção...

Amilcar Pereira – Isso em que ano?

I.S. – Em 1971. Um jornal. Quando eles cassaram esse jornal eu e meu grupo criamos o *Sombra*, que era um jornal que circulava à noite. Nós já estudávamos fora, então fazíamos o jornal e distribuímos debaixo das salas da direção da FUNABEM, incomodava...

V.A. – Como assim, debaixo das salas?

I.S. – Botava debaixo, era uma folha chamada *Sombra*. E que nós questionávamos a administração. Dentro da FUNABEM, desde a época do SAM, você tem muitas músicas de protesto. Tinha uma da época do SAM, que era cantada: “Essa não seu Diretor, onde está a verba que o ministério mandou?” Tem um samba de protesto incrível.

As pessoas não levam em conta que dentro dessas unidades, aparentemente fechadas, embora a Escola Quinze seja uma escola um pouco mais aberta, sempre houve resistência política às administrações, críticas às administrações, que não são consideradas como militância política.

Quando eu fui desligado, teve que ter uma negociação comigo, porque eu estava organizando, em plena ditadura na época, eu estava organizando um grêmio com estatuto e tudo, e com eleição. Aí foi uma confusão. Aí a negociação porque eu seria desligado, eu tinha 19 anos, ia para o mundo, sem saber que mundo é esse aqui fora. E eles inauguraram um grêmio, mas não um grêmio nos moldes que eu pensei. Ficou até no cofre o estatuto. Tinha um inspetor chamado Geraldo, era um professor, me ajudou a fazer o estatuto com o diretor, com secretário, com tudo. Então, isso era uma coisa que, mesmo não consciente politicamente, era uma coisa que a gente fazia, eu sempre fiz isso. Eu comecei minha militância interna organizando quadrilha de festa junina, organizando bailes, passava cinema no colégio das meninas... Então, eu sempre fui uma pessoa muito ligada a isso. Eu sempre li muito. As pessoas que me conhecem na época, sempre falavam: “O Ivanir sempre foi diferente, sempre gostou de ler...”

Essa vida dentro dos muros, as pessoas não conhecem. O preconceito das pessoas é muito forte quando você não estuda nas mesmas escolas que elas estudam aqui fora, que concede legitimidade de militância. Então, nós sempre fizemos isso. O que vai coincidir... Aí eu vou aprender com ele, eu vou dar aulas em um colégio. Muito engraçado isso: eu vou dar aulas na Suse, Santa Edwiges, colégio de um cara chamado Mesquita Bráulio. E eu nessa época vou trocar...

[FINAL DA FITA 1-A]

I.S. – ...O salário para que ex-alunos da FUNABEM estudassem lá de graça. Eu troco parte do meu salário. Na época eu era operário, meu primeiro emprego foi na GGS, uma gráfica, não tinha nada a ver com o que eu tinha aprendido dentro da FUNABEM.

V.A. – O que você aprendeu na FUNABEM, além de música?

I.S. – Aprendi música, e também fiz um curso de oficial de farmácia, mas fui trabalhar na gráfica, na GGS, que fazia a lista telefônica na época. Ela é transferida de Olaria para Jacarepaguá, meu primeiro emprego. Já na época, todo mundo achava que eu era um contestador, já na gráfica, tanto que eu não fiquei 10 meses. Fui mandado embora, mas eu já dava aulas de música nesse colégio. Trocava o meu salário por bolsas, para os alunos cantarem no coral e ao mesmo tempo na banda de música. Ali ajudei a organizar teatro, e aprendi a fazer campanha política. Foi ali que eu aprendi a fazer campanha política. Na época era o MDB e a ARENA. E naquela época a gente fazia campanha para o MDB. Naquela briga do grupo do Chagas Freitas, dos autênticos... Eu não tinha muita consciência do que era isso, mas eu fazia porque o Pires já me levava um pouco para esse tipo de militância. Foi assim que eu comecei.

V.A. Então o Pires acompanhou você durante muito tempo...

I.S. – Acompanhou. Foi meu padrinho depois... Uma pessoa muito importante para mim. Engraçado, ele era mecânico também, era músico e mecânico, muito engraçado... A vinda do José do Carmo, lá o mecânico depois...

V.A. – Já que o senhor voltou para o seu pai, eu queria só entender um pouco mais a história da morte da sua mãe. Como é que o senhor ficou ouvindo a história de que ela se suicidou botando fogo? Essa história quem é que contava para o senhor?

I.S. – Quem me contou foram as prostitutas na época que eu ia lá com 14 anos. Elas disseram isso e se calaram, me levaram para conversar com uma pessoa que ia ser a minha madrinha, eu conheci, era chamada Dulce. Tinha a Dulcinéia, que era a minha madrinha, e tinha a Dulce, que morava no morro da Pedra Lisa. Ela está morando em São Francisco Xavier, eu vou na casa dela levado por uma outra pessoa, que também namorou minha mãe, e na conversa com ela, ela me conta essa mesma versão.

V.A. – Que ela teria ateado fogo em si mesmo...

I.S. – Se suicidado, tocando fogo. Mas, recentemente, quando eu vou ter contato com essa história, aí me contam outra. Porque na verdade as pessoas tinham medo que eu soubesse da história, medo da minha reação, e ao mesmo tempo, com medo de quem fez, com medo da polícia. E agora não, esse crime já prescreveu na verdade, mas na medida que passou tantos anos... e depois, eu fui observando quando eu fui conversando na Praça Onze com algumas pessoas que a conheceram, eles passaram a dizer o seguinte: “É lamentável o que aconteceu com ela. Ela não merecia aquilo.” Então não foi ele que fez. Eu vou descobrindo que não foi ela. Até que essa pessoa, uma outra pessoa mais íntima, acaba me contando a verdade, disse: “Não foi nada disso. O que aconteceu foi isso, e isso...” Ele conta o que houve. Ou já dizem que era por causa da comadre dela, que era a Dulcinéia. Queriam que ela desse conta da Dulcinéia... aquelas coisas que acontecem muito nesse meio. Então ela não se suicidou. Até pelo perfil dela, ela não era uma suicida, era uma pessoa de enfrentamento, nunca foi disso.

V.A. – Estávamos falando do Pires, que foi como um padrinho, foi realmente um padrinho.

I.S. – Ele foi uma pessoa importante, aí começo a me interessar pela questão política. Aí vou ajudar esse Mesquita Bráulio em 1976 a se eleger vereador, depois vou me decepcionar com ele.

V.A. – Esse Mesquita Bráulio é dono dessa escola?

I.S. – Era. Ele era do MDB. Aí vou me decepcionar com ele. Aí vou conhecer uma pessoa chamada Fom-Fom, aí vou começar... Na época, já na escola ele me perseguia, porque o fato de eu organizar o grupo de teatro, eu não tinha noção de que não podia fazer isso naquela época, que não podia organizar nenhum grupo.

V.A. – Na escola Santa Edwiges?

I.S. – Claro. Porque você está na ditadura. Vai coincidir também, esse período todo, com minha visita à Ilha Grande. Eu vou à Ilha Grande ver o Broto. Eu vou descobrir já quando estou saindo da Escola Quinze, conversando com um menino sobre o [incompreensível] eu falei do Broto, e ele disse: “O irmão do Broto tem um filho com a minha mãe. Eu tenho uma

irmã que é sobrinha dele. E a família dele mora na Vila Kennedy.” Aí eu vou na Vila Kennedy.

Quando eu vou à Vila Kennedy, isso no início de 1973, a mãe dele... Eu entro, lembro como se fosse hoje, ela está em uma casa, daquelas casas construídas na Vila Kennedy, e quando eu chego com ele, ele diz: “Dona Abigail, a senhora conhece esse rapaz?” Ela disse: “Não.” Ele disse: “Ele é o filho do Broto, o Paulinho.” Porque meu codinome era Paulinho, porque as prostitutas tem um nome e dão um codinome ao filho. Aí ela chora: “Não acredito. Todo mundo achou que você estava morto.” Aí diz que ele está na Ilha Grande. Aí eu vou à Ilha Grande visitá-lo.

V.A. – O Broto era o seu padrasto?

I.S. – Padrasto. Me interessava saber dela. Quando eu vou conversar com ele sobre ela, ele fica todo emocionado quando eu chego perto dele. Eu lembro, ele não me conheceu, aí eu falei: “Quero falar com o Broto.” É aquele ali, era faxina na Ilha do Abraão, ele estava cumprindo pena. Pegou 20 anos na Ilha Grande. Aí eu vou chegar lá e vou dizer para ele: “Eu sou o filho da Sônia.” Aí ele quase chora. Porque ele me tinha como filho. Depois eu descobri porque, porque quando ele é preso, tem fotos nos jornais da época, ele é preso comigo no colo, e a polícia não o mata por causa disso, descendo o morro da Mangueira comigo no colo.

Aí eu ajudo depois...Ali eu vou ter uma outra surpresa, vou encontrar vários alunos da FUNABEM que eram presos, e não eram infratores quando menores, como eu. Eram presos e eu não. Ali, conversando com eles, eu fiz um discurso muito ingênuo, muito idiota na época. Eu dizia assim: “A oportunidade que foi dada para mim foi a mesma para vocês. Vocês não souberam aproveitar, eu soube aproveitar...” Mas mesmo assim eu saí convicto de que a gente tinha que criar um instrumento para ajudar esses ex-alunos e questionar a sociedade na ajuda deles. Aí fomos criar a Associação dos Ex-alunos da FUNABEM, comecei com essa ideia. E eu não entendi que eu era perseguido por causa dessa ideia.

Fui na FUNABEM todo animado, propus a ideia, todo mundo achou legal... Na primeira reunião dos ex-alunos, era tanta crítica a FUNABEM, que acabaram com a reunião e passaram a me perseguir.

V.A. – A direção da FUNABEM?

I.S. – Passaram a me perseguir. Eu tinha feito uma prova, passei para ser funcionário. Não consegui ser funcionário... Depois eu entendi o que era isso, mas aí, fui mandado embora da Suse, aí fui dar aulas no Itu, em Marechal Hermes. A mesma coisa, música, trocando por bolsas, levando os ex-alunos para lá... E coincide, mais ou menos início de 1974, o Jorge Carlos, um ex-aluno que foi aluno comigo desde a primeira escola, me chama para uma reunião no MAM, onde passava um *slide* sobre História da África; tem os bailes *Black Power* na época. O Buda já, desde de 1973, me levava, eu já ia no Grape da Penha, no Grape de Padre Miguel, tinha aqueles circuitos... E ali que começou então o meu contato com essa história, mais do Movimento Negro. Porque foi justamente a partir dessas reuniões que saem as organizações negras do período.

A.P. – E essas reuniões do MAM, quem é que bancava, como era feito?

I.S. – Eu lembro que o Carlos Alberto Medeiros passava uns *slides* e falava da saga dos negros desde o Egito. O Medeiros falava muito isso. Tinha muitas pessoas...

V.A. – Quem eram as outras pessoas, o senhor se lembra?

I.S. – Tinha o Medeiros, o Filó, tinha o Amauri mesmo e o Yedo, embora eles fossem de outro grupo, eles já tinham mais a questão do SINBA, do Togo. Que eu vou ter contato com o Togo depois. Mas o Jorge Carlos, esse ex-aluno, que era a minha referência na época. O Orlando, o Paulo Roberto, esse é o grupo mais ligado à essa história do MAM, e que vai se ligar também ao Afro-Asiático. Mas é o meu primeiro contato. Mas no primeiro momento eu não faço militância ligada à esses grupos. Eu continuo trabalhando com os ex-alunos. Aí quando é 1979, coincide o nascimento do meu primeiro filho, minha entrada na Universidade. E a FUNABEM, de uma forma muito demagógica, eu vou almoçar com o presidente da FUNABEM, porque era um orgulho, um ex-aluno que entrava na faculdade, entrei em uma faculdade de elite, a Notre-Dame, em Ipanema. É até chique, quando eu digo Notre Dame o pessoal acha que é em Paris, mas era ali em Ipanema, ou lá em Nova Iorque. Aí eu vou estudar na Notre Dame, vou passar para Educação, muita gente acha que eu sou historiador ou sociólogo, mas eu sou pedagogo. E eles então, tentam com isso... Flexibilizam

minha entrada na FUNABEM, para ser professor de Música, ser instrutor de Música. Eu, então, volto para a FUNABEM. Mas eles achavam que com isso, eu também desistiria da ideia da associação. Isso vai flexibilizar também, vamos entender que 1979 é o momento da abertura. Figueiredo que entra, e entra Ecléa Guazzelli na FUNABEM, e ela entra fazendo críticas aos centros de tortura... Porque ela estava muito mordida com a história do Sinval Guazzelli, que era governador do Rio Grande do Sul, marido dela, ter sido acusado de cúmplice naquele seqüestro, daqueles dois uruguaios Lília não sei o quê e Universino, que foram seqüestrados no Sul. Então ela entra abrindo os porões da FUNABEM, abre uma crise danada... E nisso, então, eles me abrem espaço para criar a Associação dos Ex-Alunos. Com isso eu crio a Associação de Ex-Alunos.

V.A. – Deixa-me só voltar um pouco. A escolha de fazer Pedagogia?

I.S. – Eu fui fazer por acaso, confesso. Porque na verdade eu ia fazer Direito, mas depois eu olhando... “Então vou fazer Pedagogia.” Então, acabei me inscrevendo para fazer Pedagogia. Naquela época era o CESGRANRIO, e eu passei para a primeira opção das particulares, não passei para as públicas, mas passei para a primeira opção das particulares. Na época eu já trabalhava, justamente para me desmobilizar, eu dava aulas em Quintino um dia, outro dia na Ilha do Governador, cada dia em um lugar, e estudava a noite. Eu saía de casa quatro horas da manhã e chegava quase uma hora, porque eu estudava em Ipanema, dava aulas na Ilha, dava aula em Quintino, o seu Pires ainda me levou para dar aulas com ele em São Cristóvão, no Educandário Gonçalves do Araújo, ligado à Irmandade da Candelária. Mas mesmo assim eu continuei trabalhando na ideia dos ex-alunos, e 1979 coincide com a primeira assembleia de ata de fundação da Associação de Ex-Alunos. E foi muito engraçado, que nessa primeira ata, o meu nome não consta como fundador. Eu estava dirigindo a mesa, dirigindo a assembleia e não assinei a ata. Tanto que a Associação depois fez lá um documento de sócio padrão, porque perceberam que no fundo eu não era nem associado. Na lista dos fundadores o meu nome não consta. Todo mundo sabia que eu articulava, eu o Guaraci, que era um militar, um sargento da Aeronáutica, tinham muitos ex-alunos da minha época que estavam ligados.

V.A. – Como é que o senhor manteve a ligação com essas pessoas, passado tanto tempo?

I.S. – Tem um aspecto que vocês não sabem: Todo 15 de novembro é aniversário da Escola Quinze. Então, normalmente, os ex-alunos se encontravam nesse período, ou nas eleições. Porque todos nós que saímos da Escola Quinze, saímos com o título de eleitor na mão. Então, o endereço era a Escola Quinze. Então, todos se encontravam de quatro em quatro anos ali para votar, e ali alimentava essa ideia, era obrigatório. A não ser aqueles que se transferiam. Todos nós nos encontrávamos, era comum os ex-alunos irem para a Escola Quinze no dia da eleição, ficar lá o dia todo para poder encontrar os amigos. Assim é em outros lugares, quem mora no bairro, quem vê os seus vizinhos, seus amigos de infância, mesmo quem ficou morando em outro lugar, quando mantém o domicílio eleitoral na casa dos pais. É natural que você vai ter essa ligação com seus amigos de infância. E assim era na Escola Quinze. E toda vez que tinha a gente se encontrava, almoçava, e falava da ideia da Associação.

Já as meninas, tinha uma diretora da escola delas que já mantinha anualmente o encontro das meninas, o que não era feito com os meninos. Muitos tinham casado com ex-alunas... Então, essa ideia germinou a partir daí. Foi do que eu vi na Ilha Grande e a partir desse fato. Aí criamos a Associação de Ex-Alunos. Coincide, quando em 1979 eu vou trabalhar na Escola Quinze, eles me mandam para o Padre Severino, e aí eu vou encontrar o Togo. Togo é o cara que vai me ganhar para o Movimento Negro. O Togo vai fazer uma discussão comigo sobre a questão, vai militar na associação comigo, e vai me chamar a ideia de que, de fato era verdade, de que 95 % dos ex-alunos eram negros. E aí ele começa a discutir comigo a questão racial. Aí eu vou para as reuniões o IPCN², aí eu já vou mais organicamente, vamos fazer lá os grandes debates. Mas sempre era uma coisa interessante, porque eu tinha uma origem atípica. Porque, quando você é pobre e mora em uma comunidade pobre, mas estudou em uma escola pública, que você não tem o estigma, é muito mais fácil você ser compreendido. Eu sou sempre diferente, venho de uma origem que ninguém sabe. Sabe que eu sou ex-aluno da FUNABEM. O estigma é de que você ou é bandido, ou vai ser um dia. A sociedade coloca isso muito forte para você.

Aí eu vou entrar em uns debates contundentes, vou ser uma pessoa muito dura... Natural, eu tinha uma vida muito diferente das pessoas que estavam ali. E é isso, minha militância vai se dando... Eu acho que todas as atividades que o Movimento Negro construiu a partir desse período, de todas elas eu participei, tive um papel.

² Instituto de Pesquisas das Culturas Negras.

V.A. – E o Togo era professor no Padre Severino?

I.S. – E era militante. O Togo era professor de Artes, de Artes Cênicas, de Artes Plásticas, era um cartunista do Movimento Negro, uma pessoa...

A.P. – Mas você tem contato com o Togo ainda em 1979?

I.S. – Conheço em 1979.

A.P. – Essa vivência de Movimento Negro vai aos poucos...

I.S. – Meu contato era anterior, mas eu vou para a Associação de Ex-Alunos. Quando vou trabalhar com o Togo, aí é óbvio que em uma aliança minha e dele, é óbvio que eu vou me envolver mais organicamente no Movimento, vou virar sócio do IPCN, que até então eu não era, vou votar no IPCN, vou as assembleias, vamos para as brigas... Aí que eu venho a conhecer melhor o Amauri, o Yedo, nessas reuniões, o Paulo Roberto, porque Amauri e Yedo sempre eram oposição ao Paulo Roberto, ao grupo do Paulo Roberto, porque tinham uma visão mais, digamos, diferenciada. Eu não costumo dizer mais à direita ou mais à esquerda, porque na questão racial eu acho sempre um pouco controvérsio, essas posições. Acho que, embora eu compreenda, são visões de mundo diferentes que os dois tinham.

Mas aí eu vou conhecer esse pessoal, Suzete, todo mundo um pouco desse período, obviamente, a Denise, o Veríssimo, esse era o grupo liderado pelo Amauri e pelo Yedo. Aí tinha o outro grupo, que era Carlos Alberto Medeiros, Orlando, Paulo Roberto, Januário Garcia... esse já era um outro grupo. Essas brigas, essas disputas que são naturais.

Mas é óbvio também que eu me lembro de duas coisas importantes, uma é que quando eu era aluno da FUNABEM, eu lembro que um dia, vendo o jornal *Hoje*, eu vejo uma entrevista da Beatriz Nascimento, dizendo que as favelas eram Quilombos da modernidade, isso eu lembro bem, uma coisa que me marcou. E outra, depois eu vou ver no *Pasquim*, uma entrevista com o Abdias. São coisas que eu vou ter contato, que eu lembro, que eu leio, que vão aumentando mais a minha curiosidade sobre a questão racial.

V.A. – Antes disso, em 1978, tem o famoso ato público lá em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Você teve conhecimento disso?

I.S. – Claro. Em 1978, a questão que surge da criação do MNU³ sim, acompanhei. Quando matam aquele menino, justamente onde esse menino morreu? Em Guaianazes. Tudo isso vai ser em clube lá em Guaianazes, onde mora o meu pai. Interessante isso... Começa a história toda, a gente vai... Inclusive, na época a ideia não era criar o MNU. Era o Movimento Unificado contra o Racismo. Mas aí a turma mais... trotskista, acabam fazendo vencer a sua versão. Mas até aí eu não tinha um papel que fosse de relevância.

V.A. – Você chegou a ir nesse ato?

I.S. – Fui, mas a minha ideia de relevância vai ser mais aqui no Rio. Até então, você acompanhava o bonde, mas não interferia. Eu vou ter interferência mais depois de 1979.

V.A. – Depois que você conhece o Togo então.

I.S. – Tanto que o IPCN é criado, eu acompanho um pouco, mas eu não tinha esse engajamento. Eu acompanho algumas coisas, mas o meu engajamento mesmo como militante, de ir às reuniões, vai ser mais depois da Associação dos Ex-Alunos, porque nesse período eu vou estar preocupado com a organização da Associação dos Ex-Alunos. Eu vou a São Paulo, inclusive, nesse mesmo período, em 1979, no primeiro encontro que tem sobre os ex-alunos da FEBEM de São Paulo, o Movimento de Defesa do Menor em São Paulo que na época já questionava a repressão na FEBEM... Eu vou acompanhar, eu vou lá. Mas a minha ideia era... Qual era a nossa questão? A questão era que o Movimento Negro compreendesse, além do seu reconhecimento no discurso, as questões dos ex-alunos da FUNABEM, das prostitutas, dos marginalizados. Porque o Movimento Negro tinha um discurso racial, mas a partir de uma perspectiva, não conseguia ligar o discurso racial à questão social. Esse era um dado, tanto que era um nó gódio, até hoje, que já está se superando um pouco mais agora, mas isso é verdade. Então a nossa preocupação era com os ex-alunos de fato. Embora eu vou comprendendo que não tem uma questão dos ex-alunos se não entender a questão da

³ Movimento Negro Unificado.

pobreza, se não entender a questão das mães solteiras, das mulheres, a maioria era filho de mãe solteira, e da questão racial.

Foi aí que eu virei militante do Movimento Negro, e foi aí que, inclusive, 10 anos depois da Associação, a gente cria o CEAP. Vai ser a partir dessa compreensão, porque era “enxugar gelo”, era você não mexer com o cerne da questão. Porque os ex-alunos, inclusive, tentavam buscar uma reprodução da instituição FUNABEM na Associação. A gente tinha que arrumar emprego, botar ele na casinha para dormir... Mas foi uma experiência interessante porque ali eu aprendi também o que era grupo de extermínio.

Foi a partir de um sumiço de oito ex-alunos na Baixada Fluminense, que faziam o descuido – chamavam descuido, eles roubavam coisas do supermercado para vender barato nas comunidades onde eles moravam –, eles desaparecem. Primeiro governo Brizola em 1982. Aí a partir daí, eu passo a entender o que é grupo de extermínio. Eu vou passar 1982, 83, 84, cobrando o governo que desse uma resposta com relação ao sumiço dessas pessoas. Aí que eu vim a entender o que era grupo de extermínio.

E levei a minha vida sempre lutando contra a violência policial sem saber que a minha mãe tinha sido vítima, isso é um detalhe interessante... Mas sempre vou ligando a questão racial ao destino dessas pessoas. Em 1984 a gente faz o primeiro “passeato”, que era a primeira passeata e ato público. Em 1986 a gente lança...

V.A. – O que tinha nesse “passeato”, era dos ex-alunos?

I.S. – Era passeata e ato público chamando a atenção dos ex-alunos. Eu lembro que na época tinha mais repórter do que gente na passeata, porque nós... O do meio segurava duas faixas... A imprensa toda foi cobrir, porque era uma novidade, era um ato de rua.

V.A. – Era um ato de ex-alunos da FUNABEM?

I.S. – Coincide com a minha formatura em 1984, na faculdade, e ao mesmo tempo, eu perco meu emprego na FUNABEM. A partir desse “passeato”, eu sou demitido. 1984 também coincide com a grande manifestação do Movimento Negro. 1983, 84, uma passeata grande que o Movimento Negro organiza nesse período.

Em 1986, a gente lança uma candidatura porque era constituinte e a gente tinha interesse em intervir na constituinte. Então a gente lança uma candidatura para deputado estadual, e eu sou o candidato. E foi muito interessante, porque a partir dessa candidatura foi que eu fui compreendendo que tinha que ter um instrumento mais amplo.

Entra um grupo de esquerda para nos ajudar na Associação na candidatura, aí um grupo de mulheres negras de favelas, do Movimento Negro, e a Associação era limitada aos ex-alunos. Então, a partir daí, a gente cria o CEAP, começa a surgir a semente, a ideia da construção do CEAP. O CEAP é construído então como Centro de Articulação de Populações Marginalizadas. Na verdade, é um trabalho que vem desde 1979. Um trabalho que tem mais de 25 anos, embora como organização CEAP, ela vai ser em 1989, como instituição formal. Vai ser a primeira ONG negra na verdade com características de ONG. E abria aquela polêmica no Movimento Negro: “Dinheiro internacional...” Aquelas confusões todas, desconfiança até dizer chega... Hoje está todo mundo nesse barco, mas naquela época a gente apanhava muito porque tudo tinha desconfiança. Quando precisavam de recursos pediam que a gente articulasse para fazer os atos, as manifestações, nos colocavam nas comissões de finanças. Mas por outro lado, tinha uma desconfiança, porque eles não conseguiam entender. Porque eles não entendiam, naquela época, que tinha um movimento ecumênico que ajudou a esquerda em todo Brasil. A CUT, todo mundo nasceu desse tipo de recursos que foram articulados pela chamada Cooperação Internacional, que tinha uma agenda de democratização do país e da questão dos Direitos Humanos, foi nisso que nós entramos.

Aí foi uma conversa com o Rubinho – que era um amigo meu antropólogo que trabalha com os indígenas – do Museu Nacional, que acaba me introduzindo nessa área da Cooperação Internacional, que já tinha ajudado a Associação de Ex-Alunos, tanto que ela tinha uma estrutura. Quando eu saio, a estrutura acaba e nós vamos prosseguir no CEAP.

V.A. – O senhor sai da ASSEAF?

I.S. – Saio.

V.A. – Quando?

I.S. – Saí em 1989, quando eu começo a compreender, depois de 1986, que tinha uma questão mais ampla.

V.A. – A sua saída da ASSEAF eu queria entender um pouco mais.

I.S. – A questão da ASSEAF é isso. Duas coisas acontecem: Uma é que eu comproendo que era um instrumento limitado naquele momento, eu acho que eu deixava de ser só mais um ex-aluno, e passava a assumir mais a condição de militante negro e dos Direitos Humanos, e ao mesmo tempo, eu faço uma viagem internacional levando uma exposição para o exterior. A primeira exposição que vai falar da violência contra as crianças, adolescentes, e de maioria negra. Eu vou fazer inclusive, um relatório para o DCI⁴ nesse mesmo período, tratando do extermínio de crianças e adolescentes em Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda. Vai virar um sistema de denúncia internacional. E a partir daí, a gente vai mobilizar toda a opinião pública nacional e internacional, a partir dessas denúncias.

O CEAP nasce, inclusive, fazendo uma campanha chamada: *Não Mate Nossas Crianças*. O CEAP depois vai ter uma outra agenda chamada: *Esterilização em massa contra as mulheres*. Coisa que o Movimento Negro falava e não conseguia materializar, então o CEAP vai materializar, justamente essas campanhas. O trabalho infantil que se fala tanto aí, todo mundo hoje envolvido, a primeira entidade a falar sobre isso, fez um seminário na época, fez uma publicação chamada: *Criança, trabalho e sindicalismo*, com a CUT. Eu fui à Alemanha negociar com o governo da Alemanha a entrada do Brasil no programa do PEC, que é o programa, justamente, de aniquilação do trabalho infantil, que a Alemanha tinha colocado oito milhões de dólares para esse trabalho na OIT, e o Brasil não estava incluído, o cara da OIT na época veio falar comigo. Como eu era cooperante do Pão para o Mundo, o Pão para o Mundo ajudava o CEAP, nós fomos fazer isso. Nós que introduzimos o IPCN na questão do Pão para o Mundo. Deu uma confusão depois, mas...

Acho que parte das instituições negras passou a trabalhar com Cooperação depois da experiência da Associação e do CEAP. O AFRO-REGGAE nasceu dentro do CEAP, o Criola nasceu dentro do CEAP, era um programa de mulheres do próprio CEAP. E ao mesmo tempo a gente começa na Associação de Ex-Alunos, aí o Amauri e o Yedo tinham um papel importante, foi onde nós começamos a articular o Encontro de Negros do Sul e do Sudeste.

⁴ Departamento de Cooperação Internacional.

V.A. – Na ASSEAF?

I.S. – Na ASSEAF.

V.A. – Quer dizer que o senhor sai da ASSEAF, mas continua...

I.S. – Não. Antes do CEAP. O CEAP depois leva essa ideia. Mas a gente fez o primeiro encontro na ASSEAF ainda, a gente fez o primeiro encontro de favela e de periferia, o SEMUFE surge com o apoio da ASSEAF, na época a ASSEAF apoiou muita coisa ligada à questão racial, ainda como Associação de Ex-Alunos da FUNABEM. O primeiro encontro, acho que é mais ou menos 1988, 89...

A.P. – Sul-Sudeste?

I.S. – É.

A.P. – 1987.

I.S. – É 1987. Um ano depois, com o apoio da ASSEAF, todos os recursos. Ai já era o CEAP, já virando, quando fizemos dois encontros Sul-Sudeste, depois a gente vai fazer um encontro enorme, que é o primeiro ENEN⁵. Todos os recursos já eram do CEAP, porque a gente colocava a estrutura e o recurso a serviço da luta. Embora tivesse muita incompreensão, mas hoje, de uma forma mais fria, as pessoas vão entender isso. Se o Movimento Negro no país todo, as novas formas de organização de alguns setores, foi a partir desse impulso. O primeiro ENEN, em 1991, ele congregou 600 delegados e 250 entidades negras, isso levando em conta que era de sete pessoas tirava um delegado. O MNU só ficou de fora porque quis peitar, não quis aceitar a regra, porque se aceitasse a regra ele seria minoria. Tinha da pastoral todo mundo. Faltou, talvez, um projeto, maturidade nossa na época, de poder dar continuidade a esse projeto.

⁵ Encontro Nacional de Entidades Negras.

As pessoas ficaram mais no hegemonismo, é muito comum na luta política, não é? Mas a minha ideia era muito clara, era voltar aos estados, fazer mais um regional, por região, fazer mais um nacional e fazer um congresso. Que aí, do congresso sairia a entidade negra plural que todo mundo esperava construir. As pessoas achavam que eu estava construindo aquilo para mim. Era bobagem... Uma questão de organização, uma questão de método de organização. Aí foi onde eu preferi ficar no CEAP fazendo outras coisas, outra agenda, e não mais fazer a grande política nacional. Até íamos em um lugar, em outro... Mas nós preferimos ficar aqui cuidando da agenda dos Direitos Humanos. O CEAP depois disso trabalhou com a questão das mães de Acari. Tornou pública. Eram 11 mulheres com 11 pessoas desaparecidas, depois elas quiseram fazer uma ONG delas e seguiram a vida delas. Nem todo mundo entende o processo... Acho que o CEAP foi uma das organizações que mais internacionalizou a luta racial no exterior, quer dizer, trabalhou muito em uma agenda de sensibilizar setores do mundo, outros segmentos, que aqui tinha uma luta racial. No Brasil hoje, quando as pessoas viajam já entendem mais isso, na época não entendiam, porque achavam que se você viajava muito tinha alguma coisa por trás...

Tinha um programa de rádio chamado: *Vibrações positivas*, que incentivou muita coisa, tinha um projeto que eu não falei, que nasceu na ASSEAF, o CEAP depois fez, que era *Da Lei do Ventre livre ao Menor Abandonado*, onde o Cidade Negra, na época era KMD5, e Lumiar participaram desse projeto, muitos grupos negros... Que ligava o questionamento da questão do menor abandonado a questão da Lei do ventre livre, uma coisa bem ingênua, mas interessantes que nós trabalhamos.

V.A. – No fundo, no fundo, o CEAP ainda tem o seu pé na ASSEAF...

I.S. – Não. O CEAP é formado por um grupo de ex-alunos da FUNABEM, só que amplia com um grupo de mulheres negras e de militantes do Movimento Negro, e um pequeno grupo, que eram os chamados Papi, os filhos da Irene Papi, a famosa mãe da passeata dos 100 mil. Que é o André Papi e Ludmila Papi, que morreram, que acreditam nesse trabalho e vão nos dar uma força nessa organização, apoiada por Rubinho, que é um antropólogo. Não militaram dentro, a Lígia, Zabu, um grupo de classe média que acaba entendendo que era uma luta justa, embora a esquerda nem sempre entendia isso...

[FINAL DA FITA 1-B]

I.S. - ...A maioria do pessoal. Se você estudar a vida dos da classe média negra, você vai encontrar sempre um ex-aluno da Escola Quinze atrás. Porque a Escola Quinze, se você observar, ela tinha duas coisas, ela era uma escola pública de qualidade, sempre foi, ela concordava com o Colégio Pedro II, só que era para pobres negros para prevenir delinquência. Sendo que, quem ia para lá na época do Paulo Silva, o chefe de polícia é que dava a internação, porque tem uma história ligada à Abolição... Não é a toa que é a primeira escola depois da Abolição. Você vê: O João Alfredo é a primeira escola pós a Lei do ventre livre, criada pelo império, fica na 28 de setembro, do lado da Lei do ventre livre. A questão da menor idade no Brasil está ligada a essas duas coisas, e à história da Escola Quinze.

As pessoas não sabem disso. Então ela sempre teve literatos, pessoas, porque eram de famílias pobres. Eu sempre costumo dizer que eram os filhos de senhores de escravos – que eles tinham filhos com mucamas –, que para proteger, não sabiam como, então botavam na Escola Quinze. Ou então as grandes famílias que tinham também um afilhado... Já que não podia freqüentar outra escola normal, botava na Escola Quinze.

E é balela dizer que o CEI é escola de referência hoje, onde está a maioria branca, lá expulsou os negros. Na verdade, essa tradição a Escola Quinze sempre teve. E foi um celeiro de músicos. Pixinguinha, a maioria dos músicos que você pegar, grandes músicos, foram alunos da Escola Quinze.

A.P. – O Pixinguinha foi aluno?

I.S. – Ele eu não sei, mas o Paulo Silva, uma boa parte deles saiu de lá, porque lá era uma escola de excelência, e muitos que foram para a vida militar. Agora não, essa tradição agora acabou. A música lá está horrível, porque a banda sempre foi uma tradição, em todas as escolas, pequeno jornaleiro... Mas a Escola Quinze sempre foi. Eu cheguei a tocar na sinfônica. Lá tinha uma banda sinfônica...

V.A. – Nós estávamos na Ludmila Papi

I.S. – Que foi a que ajudou, a Tânia Coelho, são pessoas que não são ex-alunos, também não vem desse extrato mais pobre, mas que se sensibilizam... Um grupo muito pequeno, lutaram no comitê da anistia; todos tinham parentes presos, lutaram no movimento clandestino contra a ditadura... Um grupo pequeno que acaba vendo mérito nessa luta, e vai nos dar força, vai nos ajudar já no CEAP, não na Associação. Aproximam-se na Associação e ajudam no CEAP.

V.A. – Você estava falando que é a primeira ONG...

I.S. – Primeira concepção de ONG negra que vai trabalhar com Cooperação Internacional é a ASSEAF, e depois o CEAP. Embora a ASSEAF tenha uma outra lógica. Para entender o CEAP hoje, tem que entender a ASSEAF antes, não tem como... Porque a liderança é a mesma que está nesse processo. Tanto que quem me acompanha no CEAP hoje, na direção é o Uilma, que estava na Associação de Ex-alunos, e a Maitê Barros que acompanha. Ela não era ex-aluna... A Maitê é uma pessoa interessante de ser entrevistada. Ela era do Partido Comunista, vai trabalhar com o Solano Trindade, ela está com 79 anos. Ela vai acompanhar... Hoje é secretária executiva do CEAP.

A.P. – Sobre o processo de articulação do ENEN... A partir do ENEN que nasce essa ideia da Coordenação Nacional...

I.S. – De Entidades Negras. Duas coisas interessantes: O ENEN, apesar de todas disputas, todas as brigas que se tinha, ele tinha uma concepção interessante, porque na época o CEAP já, pela experiência da ASSEAF era um dos coordenadores, eu viajava o Brasil todo. E eu tinha um cuidado de, mesmo nos estados, conversar com todas as lideranças, até com as contrárias ao próprio ENEN. Eu lembro que eu fui conversar com o Edson Cardoso, que foi um dos maiores adversários que eu tive, duro naquela época. O MNU achava que nós queríamos criar uma entidade negra, e eu seria o presidente. E não era essa a ideia. A ideia era você reunir o Movimento e começar a fazer discussões de um projeto conjunto. Muita gente não tinha isso com clareza. Mas mexeu com muita gente, e trouxe muita gente nova para esse cenário. Então, eu ia aos Estados, as facilidades que o CEAP tinha de recursos facilitavam que a gente viajasse os estados e conversasse. Eu lembro que fui ao Maranhão,

eram 10 lideranças, não se falava, era uma briga danada, e nós fomos conversar com as 10. E um encontro que a gente não tinha um grande dinheiro para fazer, a não ser o pouco recurso que o CEAP tinha. Era o esforço das pessoas. Nós fizemos reuniões de coordenação, que a coordenação eram cinco pessoas de cada estado, de grupos diferentes. Todos os estados. Era uma coordenação, de reunião, às vezes, de quase 150 pessoas, para deliberar. Não era fácil. Mas eu acho que houve um êxito muito grande. Tanto que a Coordenação Nacional de Entidades Negras nasceu desse processo, a que está aí hoje, com várias debilidades, várias dificuldades, mas ela nasceu desse processo. Porque aí, nas lógicas políticas, virão outras. Tanto que não fizeram nenhum outro encontro do Movimento Negro autônomo naquela envergadura. Do ponto de vista de delegados na base... E era a forma como o PT se organizava na época, como tinha uma boa base petista. Tinha todas as correntes políticas. Foi lá no Pacaembu... Tinha o Vladimir, que na época era diretor de lá, a Erundina era prefeita. Mas foi uma coisa muito rica, muito interessante.

Como agora, todo esse debate sobre ação afirmativa. O CEAP vem cumprindo, com outras entidades, um papel importante, e lançou a campanha da Camélia, dia 17 de novembro.

Eu lembro quando a gente começou a debater cota e ação afirmativa no Movimento Negro, o pessoal dizia: “Não. Reforma... Não vai acontecer nada, isso é a reforma...” Hoje até o MNU está defendendo. Porque uma das dificuldades que o Movimento Negro teve e tem tido, é não ter uma bandeira unitária. O que nós tínhamos de unidade era: Contra o 13 de maio, dia nacional de protesto, e 20 de novembro; e contra o racismo. A massa negra não consegue visualizar a luta anti-racista. Ela não consegue ligar: Ser contra o racismo o que a beneficia? Com a ação afirmativa ela passa a entender: É vaga na universidade, é vaga no shopping center onde o cara não te emprega, aí o cara entende. Aí você está mostrando um caminho concreto.

Eu era contra cotas, se você ver entrevistas minhas de alguns anos atrás, eu estou lá dizendo contra. Mas depois eu fui entendendo, viajando muito o mundo, e vendo o Brasil – é muito bom você ver o Brasil de fora. Você comprehende que a sociedade é tão conservadora na questão racial, é tão racista, que a cota é importante, porque ela abre esse debate. Tanto que a cota entra no relatório oficial quando eu, em uma audiência com o presidente da República, eu e um grupo de pessoas, mas eu vou sugerir a ele: “Que adotasse nem que fosse a cota, Fernando Henrique, no relatório...” Porque abriria o debate.

V.A. – O relatório de quê?

I.S. – O relatório que vai para Durban, do governo. E aí ele fala... Ele assume. Tanto que a imprensa vai lá e pinça justamente a cota. Ao mesmo tempo que ela pinçou para desmoralizar, abriu o debate. Coincide com um deputado conservador, que não sabia o que era, fez um lei que ninguém discutiu, que eu acho que era uma coisa do Juca, que era um militante do Movimento Negro. Deve ter dito para ele: “Põe aí a lei da cota.” Passou por unanimidade na ALERJ. O cara liga e diz: “Ivanir, passou uma lei na ALERJ.” Aí o povo do PT queria ir contra... Aí eu digo: “Não. Contra não. Vamos ser a favor. Agora vamos a cota.” Disseram: “Mas o cara é conservador...” Eu digo: “Não importa, mas fez a lei, vamos na lei.”

Aí abriu esse debate todo, o que está obrigando as universidades a se repensarem, a se verem. Um país que precisa se ver dessa forma. Não que cota seja a maravilha, mas ela é nossa tática, nossa estratégia são as políticas de ação afirmativa, que a sociedade tem que fazer. Não dá mais para você viver em uma sociedade como essa...

Eu acho que o Movimento Negro, a nossa geração, a minha, a do Amauri, esse pessoal, estamos vendo uma coisa que a gente jamais achou que veríamos. Talvez os nossos filhos que ainda iam batalhar para os nossos netos verem. Nós estamos conseguindo ver agora, um debate concreto, a sociedade tem que caminhar para fazer alguma coisa concretamente.

Eu lembro que em 2001 eu fui a um shopping para dizer que eles não empregavam. Deu um pandemônio danado. “Aqui não empregam...” Hoje eu estou dizendo o contrário: “Não vamos mais fazer isso. Vamos dar a Camélia para aquele que emprega. Compra ali porque ali emprega.” Vai ser uma confusão. Já está tendo uma onda... A camélia é simpática. Eles não chamam de racista às avessas? É uma camélia branca. [risos] Como é que nós somos racista às avessas?

Acho que o Movimento Negro precisa se utilizar também dessas estratégias, que os ecologistas até usaram. Eu acho que o nosso desafio tem que ser envolver a sociedade na questão racial. Eu acho que o Movimento é importante, ele tem sua identidade, mas ele tem que envolver os brancos. Não é um problema de nós negros. É um problema da sociedade brasileira. Não é um problema individual. Dizem: “Mas Ivanir, políticas gerais com recorte...” Eu digo: “Tudo bem. Você defende isso. Mas eu quero defender ação afirmativa, eu quero mobilizar um segmento branco...” Porque é como o Partido Comunista na década de

1960, 70, eles diziam que só iam derrubar a ditadura se construíssem uma frente. E é a mesma coisa: Vamos derrubar o racismo, essas coisas, se construir uma frente. Se sensibilizar todas as pessoas jovens de que é uma luta que tem... É a mesma história da abolição, que não foi completa. Fizeram lá uma lei, que todos dizem que é a lei mais perfeita porque só tinha dois artigos. Mas é uma lei perversa. Então vamos voltar lá no símbolo deles, abolicionistas, onde os negros também participaram e brancos participaram, e voltar para completar a obra da abolição. Essa é a oportunidade que a sociedade tem concretamente. Eu acho que isso está mobilizando, acho que está mexendo com...

V.A. – Não só os brancos, mas como disse o senhor, os próprios negros que quando vêem: “Tem uma vaga na universidade...” Você estava falando agora mesmo. Mobilizar a comunidade negra pelo Movimento Negro, ou não?

I.S. – Claro. Eu acho que a comunidade negra não pode ficar apática, achar que é só uma questão de pobreza. A cota, pelo menos, vai obrigar um forte de bate sobre identidade. Até isso forçou: “Quem é e quem não é?”

Agora é interessante, que a sociedade... O pessoal diz assim, o cara mais hipócrita do mundo: “Não Ivanir, quem sabe quem é?” Eu digo: “Para excluir sabe, como para beneficiar você não sabe?” O problema é o cara, se ele vai assumir a ascendência dele, que ele nunca assumiu. Porque antes era um ônus assumir que é negro, hoje vai dar um direito. Então a turma vai virar. E depois, outra coisa que eu tenho também no debate, a hipocrisia da rapaziada, de alguns setores brancos, é dizer o seguinte: Agora eles descobriram que tem branco pobre. “E os brancos pobres?” Como se fosse uma coisa em contraposição à outra. Eu digo para o nosso pessoal: “Não se preocupa. Você está preocupado com o branco pobre? Vamos fazer o seguinte: nas cotas dos negros, nós vamos colocar um percentual das cotas de 50% até quem ganha um salário mínimo da nossa comunidade. Nas cotas dos brancos também coloca.” Aí eles vão largar os brancos pobres para lá.

V.A. – Não entendi.

I.S. – Nas cotas dos brancos também vamos colocar 50% para os brancos que ganham até um salário mínimo. Aí eles vão largar os brancos deles. O problema não é nosso, coloca o

problema para eles. Não precisa dizer, ficar tentando explicar, parece que nós somos contra... Nós somos a favor dos brancos pobres. Então, na cota dos brancos: “Já que vai ficar para vocês, 50% para quem ganha até um salário mínimo.” Aí eles não vão topar, porque eles tentam lembrar dos brancos pobres para arrumar um problema para nós. Nós temos que ter habilidade, e dizer: “Não. Nós somos favoráveis aos brancos pobres também. Sempre fomos. Eles moram lá na nossa comunidade. Jogam bola com a gente, casam as nossas meninas... Qual é o problema?” Então, nas cotas de vocês, vamos colocar um percentual. Aí eles ficam meio... “Você não é favorável?”

Aí, não fala que é o mérito. Eles tentam nos colocar a intransigência do racismo, mas não é intransigência da comunidade negra. Não é com certeza. Então, eu acho que o Movimento Negro tem que ter essa habilidade, não precisa ficar aí... “Não. Também somos favoráveis aos brancos pobres, como os negros pobres. Um percentual dessas vagas tem que ser para quem ganha... vamos colocar o indicador econômico, quem ganha até três salários mínimos. Do outro lado também. Não nas nossa cotas, as nossas estão resolvidas, mas de vocês, vocês resolvem.” Eles não vão topar.

Outra coisa que eles se lembraram é de que o ensino fundamental precisa ser melhorado. O Movimento Negro diz isso desde... Qualquer panfleto do Movimento Negro, você vai ver lá escrito, na época, na década de 1970. Violência policial, a escola... Está lá. Eles agora se lembraram. Eles que saíram dessa escola na década de 1970, que saíram da escola pública, agora se lembraram que precisa ser melhorada. Agora que eles descobriram isso. Nós já sabemos disso há muito tempo. Uma coisa não exclui a outra. Vamos melhorar o ensino lá, mas vamos também entrar lá na universidade. E digo com tranquilidade, porque meu filho mais velho estuda na UERJ sem cota. Faz estatística lá, sem cota. E lá eu nasci quando era uma favela. Podia dizer que não precisava, porque o natural de alguns negros conservadores é achar que não: “O mérito, não precisa...” Eu penso no coletivo. Eu penso que mais pessoas negras têm que ter esse direito, que é um direito de que nós somos contribuintes. Nós pagamos impostos. Não podemos pagar imposto para só mandar a polícia dar bordoadas na nossa comunidade. Então queremos também ser beneficiados por esses impostos que nós pagamos. Nada melhor do que uma educação de qualidade, para o nosso pessoal, não é? Acho que esse é que tem que ser o debate.

V.A. – Eu queria fazer uma pergunta sobre sua participação política. Em 1986 você saiu candidato a deputado estadual, pelo PT. Eu queria saber: essa participação político-partidária, esse engajamento político-partidário teve diferenças com relação às outras participações também políticas que você tinha, mas que não eram partidárias, qual é a relação entre isso e o Movimento Negro mesmo? Porque são várias formas de atuação...

I.S. – Foi interessante você fazer essa pergunta. Mas eu sempre fiz política partidária a partir de uma perspectiva do Movimento. Eu nunca fiz política no Movimento a partir do PT. Tem diferença. Não é a toa que eu tenho companheiros que apóiam justamente porque eu tenho essa visão, e ao mesmo tempo, eu tenho dificuldades no Partido por conta disso, porque eu não sou da corrente A ou B. Tanto que agora nós decidimos criar uma corrente chamada Alternativa Popular, de maioria negra no interior do Partido. Mas o que eu estou dizendo para você é que, justamente, quem é de um movimento social, que não é movimento social tradicional – quais os dois movimentos sociais tradicionais da lógica partidária? O movimento sindical e o movimento estudantil. A maioria dos quadros partidários, ou eles vem desse movimento, ou vem desse outro movimento. Aqui está a intelectualidade, aqui está o operário, a vanguarda, mas estão também os setores médios que se organizam em sindicatos. Normalmente a massa não participa desse tipo de movimento. Movimento de Favelas, Movimento Negro, Movimento de Crianças e Adolescentes, são movimentos olhados de forma secundária.

V.A. – Não participam da política partidária...

I.S. – São olhados dentro do partido de forma muito secundária. Não é valorizado dentro da disputa partidária, não é valorizado. Porque tradicionalmente não são setores que, segundo eles, que enfrentam o capital. Eles acham que não é um setor que enfrenta o capital. A lógica tradicional é o que enfrenta o capital e, ao mesmo tempo, quem formula. Essa é a noção dos partidos operários, inclusive, de esquerda. Você acha que esses segmentos, ali no campesinato, ou divide a luta de classe, porque precisa de luta de classe, é assim que eles dizem. Como Movimento Negro, até bem pouco tempo, dividia. Eles nunca compreenderam que é um dos movimentos mais revolucionários que esse país pode produzir. Mexe com uma ruptura, inclusive, de uma visão eurocêntrica de uma sociedade que tenta se firmar como

[incompreensível] , mesmo a luta dos operários no Brasil, em dado momento, é dirigida por pessoas com noção eurocentristas. Se você olhar esse movimento a partir de uma visão de Gramsci, da luta da contra-cultura, do bloco hegemônico... É super revolucionário. Você não sabe o que é botar 40% de negros na universidade de Medicina, que confusão isso vai dar... Vai ter beijo na boca, vai ter reação das famílias. Não é à toa que muita gente é contra. Porque não quer mesmo a mistura, porque é um lado da sociedade em que as pessoas nunca conviveram com negros em condição de igualdade. Basta ver a Academia, os espaços que agora tem... Até muito engraçado... Porque eu fui me inscrever para um mestrado, porque eu não quis entrar para a vida acadêmica, agora que eu estou pensando, até tem um mestrado aqui ligado a um tema que eu estou um pouco interessado em ver, mas não é na minha área. Aí uma menina falou para mim assim: "Rigor acadêmico. Aqui é diferente da militância." Aí eu tive que rir. "Tudo bem. Você acha isso..." Porque lá fora eu já fui convidado várias vezes. É diferente daqui o valor, o rigor acadêmico...

Mas é inegável que nos últimos anos, uma novidade que se produziu na sociedade brasileira, são militantes do Movimento Negro que entraram para a Academia, como Amauri, como a Jô, como o Medeiros, que estão trazendo para a Academia uma preocupação que ela nunca teve. Ela, enquanto Academia, nunca se preocupou com a questão racial brasileira. Um ou outro, mas a Academia em si nunca teve isso... Os grandes intelectuais que pensam as grandes questões do Brasil. Como é que você pode pensar as grandes questões de um país que levou 350 anos de escravidão, e você ignorar isso, a repercussão que isso tem na vida da sociedade brasileira hoje e no futuro desse país? Estão sendo pegos de surpresa, porque eu costumo dizer que o Movimento Negro tem esse mérito, ele conseguiu. Um Movimento com extrema dificuldade financeira, de estrutura, de organização... Ele conseguiu se impor, está conseguindo entrar em uma agenda política de uma sociedade onde todos os segmentos eram contra da esquerda à direita. Há um consenso. Porque, como setores tanto da esquerda, quanto da direita vem de uma origem de classe, vem de um lugar, sabe que se esse movimento cresce, ele também altera a relação de representação que está em jogo na sociedade brasileira. Então é natural que você empurre esse debate para debaixo do tapete: "Não. A questão primeiro é a revolução, depois a gente resolve, porque política para todo mundo vai resolver..." Não vai resolver. Está aí a questão religiosa colocada. Como é que o cara pode ser progressista na questão religiosidade e as religiões africanas sendo massacradas pelos meios de comunicação, e as pessoas ficarem caladas? E falando em liberdade religiosa.

V.A. – Falando nisso: como é que foi a sua entrada no Candomblé?

I.S. – É uma coisa muito interessante, porque eu nunca tinha proximidade na minha adolescência, a não ser de uma forma negativa, quando em uma escola interna que eu estava, o cara juntava os macumbeiros e batia neles de chicote. E aí sempre me botava no meio, e eu nem tinha nenhuma proximidade.

V.A. – Botava você no meio...

I.S. – E batia. Em uma escola interna que eu estava. Era como uma coisa de castigo.

V.A. – Mas você não tinha nenhuma ligação?

I.S. – Não, nenhuma ligação. Eu vim ter ligação quando eu fui dar aulas na SUSE, aí eu fui namorar a mãe dos meus filhos mais velhos, fiquei noivo dela, e ela tinha problemas espirituais. E aí tinha uma senhora, que o filho dela estudava na escola, era meu aluno, e eu resolvi fazer um folclore. E o folclore escolhido foi justamente fazer uma Umbanda, e ela foi ajudar. Nisso ela foi jogar búzios para ela e foi fazer o santo dela. Na época eu ajudei, eu financiei tudo. Aí no que eu financiei, o noivado arrebentou. Aí é óbvio, eu fui jogar com ela e ela sempre falou para mim que eu tinha uma coisa que tinha que ser cuidada. E eu comecei, fui fazer no Omolocô na época, diziam que eu era de Xangô, e fui fazer as coisas no Omolocô, e no fundo, eu lembro como se fosse hoje, na madrugada que eu ia sair para ir para o Omolocô dela, que Omolocô é uma mistura de Angola com Umbanda, eu lembro como se fosse hoje, que na minha cama, eu levantei, eu era solteiro, morava sozinho, e tinha sentado no chão um Iaô, ele levantava e saía de costas para mim, todo pintadinho. Cheguei lá ela falou: “Sou Exu mirim.” Eu disse: “Tudo bem. Exu mirim é Exu mirim.” Até então não entendia nada. E aí ela fez lá, saiu, fez Xangô... Botou epô, no que ela botou epô, passou um período e eu quase fiquei louco. E nessa época eu dava aulas na SUSE, e na SUSE eu tinha uma mãe de santo que era minha aluna e a filha dela também, que era a [Deusuir] de Oxumiã. Aí eu acabei jogando com a Deusuir. No que eu fui jogar com ela, ela falou: “Eu não posso fazer nada por você, mas você vai fazer santo na Bahia. Na casa de uma pessoa de Iansã.” E

eu nem conhecia ninguém. E a Bahia sempre era uma coisa para mim muito chamativa porque eu sabia que meu pai era um baiano. Sempre que eu ia à Bahia eu ia meio... Aquela história...

E acabei fazendo santo no Recôncavo, Maragogipe. Conheci aqui o pai de santo, um Babalorixá, que era Babalorixá de uma pessoa que trabalhava comigo na FUNABEM, o mestre Jorge, que foi também uma pessoa muito importante que me iniciou nessa vida religiosa. Eu acabei indo para lá. Ele jogou e disse: "Você tem que fazer... Você tem uma tradição..." Porque eu descobri que eu sou descendente de uma família de sacerdotes. Isso vem desde os ancestrais. Não é a toa que toda essa história religiosa da minha família quando eu vou descobrir, da família do meu pai, não da minha mãe, que eu não conheço ainda, é muito forte. E aí eu me iniciei.

Eu lembro que eu ainda era Iaô cumprindo preceitos e estudando na Notre Dame que era uma faculdade católica que tinha aula de Teologia. E eu ia de preceito. O Amauri, o pessoal me conheceu nessa época no Movimento, militando no Movimento Negro eu ia de preceito... Nunca tive vergonha... Hoje eu tenho 22 anos de feito, [incompreensível] de 21 paga, tudo direitinho. Sou um sacerdote. Nunca uso da qualidade de sacerdote na minha militância. É outra coisa, sou um militante. Mas é isso... A religiosidade para mim tem a ver com identidade, uma coisa muito séria.

Talvez eu tenha sido um felizardo, porque uma pessoa que teve a origem de vida que eu tive, as dificuldades que eu tive, e chegar... São coisas dos Orixás... É um destino que você tem que cumprir.

Na verdade eu acho que eu só soube do meu pai na hora certa. Acho que se eu tivesse conhecido ele um pouco antes, talvez eu não fosse a pessoa que eu sou, pela história dele... Ele tem 17 filhos, três presos no Carandiru, mas, ao mesmo tempo, eu sou obrigado a compreender que ele é o retrato... Ele é um homem muito inteligente. Uma vez eu fui a Salvador, ele foi comigo, aí eu estava falando em um sindicato, e ele falou assim: "Você é muito inteligente. Você tem uma memória muito boa, você fala de cor..." Aí eu disse para ele: "Você é muito parecido, só que a minha inteligência foi usada para uma coisa e a sua para outra." Mas aí tem muito a ver com a história das famílias. Eu tenho fotos da minha família, dele, que eu recuperei, e são famílias negras da década de 1950, você vê aquela família toda, não tem uma pessoa branca na família. Então você vê o que é a miséria, as vezes a pobreza impõe a essas famílias, e como estratégia de sobrevivência, o que elas fazem? Eu

nunca o culpo como indivíduo, também como não culpo minha mãe pelo fato de ela ter sido prostituta. Eu acho que é uma sociedade que produz, deixa para a maioria da comunidade negra essa forma de sobrevivência, porque que você vai culpá-los? Eu nem tenho vergonha. Nunca tive de dizer a história deles. Claro que entre eu e ele não tem afeto, com 40 anos, não é uma coisa assim da noite para o dia. Eu o vejo toda vez que vou a São Paulo, faço questão de vê-lo, porque vê-lo para mim recupera a história da minha família. Eu tenho uma tia, uma irmã dele, ele é o mais velho dos irmãos, de todos. Eu tenho uma tia chamada Conceição, ela é genial. Ela tenta recuperar essa história do afeto, meio assim... Uma pessoa genial. Mas ele também é uma pessoa genial. Ele não tem culpa, coitado. Ele é um cara... Na sua estratégia... É uma pessoa que não estudou muito. Desde muito cedo, a família era de muitos irmãos, teve que sair de casa muito cedo porque não aguentou a barra. Já tem o irmão dele, que é o que mais estudou... Eu sou o primeiro universitário dessa família. Meu filho é o segundo universitário. Minha filha, com certeza, vai ser a terceira.

V.A. – O senhor tem quantos filhos?

I.S. – Cinco. Com certeza...

V.A. – Qual a idade deles?

I.S. – O Marcelo tem 24...

V.A. – Esse está na UERJ...

I.S. – Está na UERJ. A Luísa está fazendo agora para a área biomédica.

V.A. – Está fazendo vestibular?

I.S. – Está fazendo vestibular agora, esse ano para as federais. Acho que vai passar, vamos ver... Com 19, e nasceu no dia 20 de novembro. Eu lembro que eu estava em 1984 em cima de um palanque lá na Central do Brasil fazendo um discurso, e disseram: “Foi para o hospital.” Ela nasceu nesse dia. Todo militante quer uma filha nesse dia, coitada. Para ela que

não é muito bom, todo dia 20 tem briga. Mas nasceu Luísa Main, depois eu tenho o Luan, que tem 13 anos e já está maior que eu. Depois eu tenho a Maria, que tem 9 e tem a Iamin, que tem 3 anos. E tenho dois netos de 24 anos, o Marcelo.

Mas eu acho bom, eu tive que entender muita coisa da família porque como você é criado em internato, você não entende. A casa nunca teve uma grande função para mim, engracado isso... Porque eu fui criado em alojamento, em massa. As coisas ficam muito impregnadas em você. Mas depois que eu descobri o seu José do Carmo, aí eu vim entender melhor. Sempre fui um pai muito responsável, aquela coisa bem de... Igual ao Yedo: Dois aqui, um lá, mas tem que... Todo mundo... Você tem que ter intimidade com os filhos. Eu sempre fui assim. Acho que qualquer pessoa negra não pode negligenciar com seus filhos. Não importa se o casamento acabou, se virou cambalhota, os filhos têm que ser protegidos...

[FINAL DA FITA 2-A]

I.S. - ...Para fazer a dominação que fazia com as famílias negras, a desintegração. Como eu te disse, o discurso da FUNABEM era um discurso oficial perfeito: A integração familiar... Eu ouvia muito isso quando eu era aluno, eu tocava na banda, então tinha privilégios, tocava clarineta. Então, a gente ouvia o discurso do presidente da FUNABEM, e ele sempre falava, que a questão do menor tem a ver com o êxodo rural, aquela conversa fiada toda... E que a missão da instituição era integrar a família. Eu fui justamente desintegrado a partir do momento em que fui internado. Que política é essa?

V.A. – Integrar a família como?

I.S. – Integrar o menino na família, segundo ele, voltar à família... E depois, quem procurou a família fui eu, não foi o serviço social. Eu vejo meu prontuário, eu tive acesso ao meu prontuário no tempo que eu trabalhei lá, uma vergonha. Eu lembro que quando eu fui a primeira vez na Praça Onze descobrir a minha mãe, que eu falei com eles, a mulher anotou lá: “Ele esteve lá e soube que a mãe morreu.” Ela não procurou. Se ela tivesse procurado, ela teria tido acesso muito mais rápido. Esse é o trabalho técnico que eles fazem. E eu tive que batalhar.

V.A. – Cabe ao menino descobrir, e não a eles.

I.S. – Então, eu acho que vejo isso muito na história de milhares de pessoas. Eu só conto essa história, tem gente me animando para fazer um livro sobre isso, não é porque é minha história, porque é a história de milhares de pessoas, que, pelo menos, não conseguiram chegar a esse estágio e escrever. O que isso representa para milhares de pessoas, enquanto o Estado... Porque para mim só tem sentido, se você contextualizar a trajetória pessoal com as questões políticas: A ditadura, como é que a repressão... Como é que matam a minha mãe nesse sentido; como é que sou interno; como é que isso mexe com a questão da integração; como é que o outro vai para São Paulo; como é que não tem mais contato com a família em Campos; como é que as condições de miséria, as condições econômicas levam as pessoas a viverem dessas coisas, uma viver de pequenos furtos, de coisas corriqueiras, e outra viver... E para a sociedade são os grandes criminosos: Uma prostituta e um ladrãozinho.

V.A. – Como é que o senhor sabe que ela era de Campos?

I.S. – Porque as pessoas que a conheciam atestam isso. Eu já estou com uma coisa na região tentando já chegar perto da família dela, os remanescentes da família... Eu só estou tentando descobrir o verdadeiro nome. Vou ter que ter algum documento que...

V.A. – Você sabe que é Sônia...

I.S. – Sandra, segundo ele. Mas eu vou acabar chegando.

V.A. – Mas o senhor não chegou lá e falou que era filho da Sônia...

I.S. – Se eu disser isso, todo mundo vai ser. Isso lá na prostituição. Você está doida, eu vou chegar lá: “Eu estou catando uma...” Aí vai aparecer avó e avô até dizer chega.

V.A. – Não. Estou dizendo: Antes do senhor conhecer seu pai, o senhor voltou pra lá dizendo que era Sônia...

I.S. – Eles só conheceram ela como Sônia. Não lá em Campos, isso foi aqui na Praça Onze. As pessoas só conhecem como Sônia.

V.A. – Certo. Porque aqui o nome de guerra dela, digamos assim, era Sônia...

I.S. – Só quem sabia que o nome dela era Sandra era ele, porque ele viveu com ela antes dela ir para a prostituição. Ele era o único que sabia. Eu preciso achar, talvez, nos arquivos... Tem uma historiadora que estava pesquisando prostitutas, estava tentando ver se fazia um levantamento por um lado aí... Mas eu vou acabar chegando.

V.A. – Eu queria voltar para 1988, a Marcha contra a farsa da abolição. Como é que o senhor participou?

I.S. – Eu era do comando da Marcha. Eu e o Amauri naquela briga do vai para cá, vai para lá, o Amauri querendo passar as baionetas, e eu dizendo: “Não vamos passar as baionetas.” Eu lembro muito bem da reunião tensa com o Sabóia, quando ele me liga, liga para a gente e diz: “Vocês sabem, o Zumbi é muito importante para vocês...” Nós marcamos uma reunião com ele, justamente, em um prédio. Entramos na portaria de um prédio ali na Presidente Vargas.

V.A. – É a Marcha do Zumbi que o senhor está falando? De 1995?

I.S. – De 1988.

V.A. – É, mas eu tinha perguntado de 1988.

I.S. – De 88, de 1995 é outra coisa. Estou dizendo dessa de 1988. Aí quando o Exército estava todo cercado, eu lembro que eu vinha no meu carro para ir para o IPCN, tinha uma reunião do comando da Marcha. A cidade já estava sitiada. Já tinha aquela informação de que o Exército já estava tirando fachas do nosso pessoal... Aí fizemos uma reunião tensa, todo muito preocupado, mas aguerrido politicamente... E é isso que eu chamo a atenção: Nós éramos sozinhos. Era só o Movimento Negro. Os partidos de esquerda não estavam envolvidos, as maiores lideranças... Eles correram depois que viram a repercussão que deu,

porque com exército, que para não deixar passar, botou baioneta, é óbvio que a imprensa toda acabou chamando a atenção, e nos deu o que a gente queria na verdade, que era mostrar a farsa da abolição.

Então, fomos lá negociar, até que chegamos rapidamente, estávamos eu, Amauri e acho que mais duas pessoas, acho que o Januário, se eu não me engano, conversando lá. E aí surgiu a seguinte ideia: “Vamos até onde eles deixarem.” Porque, na minha opinião, não tinha maturidade ainda...

A.P. – A ideia era chegar na estátua de Zumbi?

I.S. – Chegar na estátua de Zumbi. Na verdade, ninguém queria esculhambar o Caxias. Eles se precipitaram a partir de uma fala do Frei David lá em Duque de Caxias. Todos nós sabemos o papel do Caxias. Caxias não é um herói para a comunidade negra. É um herói do Exército. Todo mundo sabe o papel...

Quem leu o Dom Oba, inclusiva, depois, vai compreender melhor o que foi a Guerra do Paraguai, um pouco, qual foi o papel da comunidade negra na Guerra do Paraguai. Mas, acabou que a reação do Exército provocou em todos nós uma ira. Aí que nego ia esculhambar o Caxias mesmo. É óbvio, depois disso, daquela reação do Exército durante o dia, aquela confusão: “Não vai deixar a Marcha sair, vai deixar...”

Onde nós decidimos que a Marcha ia até onde eles deixassem. Mas eu acho que foi um fato político muito importante para o Movimento Negro, porque acabou desmistificando a abolição. Porque eles queriam fazer uma festa para comemorar o centenário. Com aquilo ali, não teve comemoração, acho que o Movimento Negro acertou.

Já a Marcha de 1995, que eu também do comando, um dos articuladores da Marcha no país todo, eu acho que o Movimento Negro colocou para o Estado uma nova visão: A reivindicação de políticas. O Estado até não correspondeu, mas colocou. O Fernando Henrique, como tinha estudado a questão, assume que o Brasil é racista, diz isso publicamente, escreve o Zumbi no Panteon. Eu nunca pensei que a gente fosse conseguir isso rápido, desde a reunião de São Carlos, se eu não me engano, em 1979. Foi uma das primeiras reuniões do MNU, quando o pessoal do Rio Grande do Sul defende que a nossa data tinha que ser o 20 de novembro, dia nacional da consciência negra, isso nasceu ali. Nunca pensei que a gente ia conseguir tornar o Zumbi um herói nacional tão rápido assim, nesses anos

todos. Tem até feriado aqui no Rio. Eu acho que nunca pensamos, nunca visualizamos que isso pudesse dar nesse, não posso dizer curto prazo, porque esses processos demoram muito. Mas eu acho que a Marcha foi significativa, porque foi a primeira manifestação de massa em Brasília, antes dos Sem Terra, que nós botamos 20 e poucas mil pessoas lá. Mas interessante, é que não teve a mídia esperada, a mídia boicotou. Mas o ideal, é que foi a primeira vez que o Movimento Negro conversou com o presidente da República colocando à ele uma agenda de ação afirmativa, de políticas. Foi um momento histórico, um momento importante que nós também construímos na relação Movimento x Estado.

Eu acho que tudo isso que se derivou, que tem crescido, vem a partir desse tipo de coisa que o Movimento Negro acabou criando. Embora eu ache que precise mais. Por exemplo: Eu acho que a ação afirmativa só virá na sociedade se houver um movimento de massa maior do que foi a Marcha de 1995. Eu defendo que nós temos que fazer a nossa Marcha dos 100 mil. Acho que nós temos que fazer uma coisa que a sociedade passe a entender que é uma coisa da sociedade. Ela passe a ver... Quem diz assim: "Ação afirmativa é só o Movimento Negro que quer, um grupo pequeno..." Não. Eu acho que, talvez, a Camélia vai ser um ponto importante de mobilização para isso. Uma marcha que tem que ser de negros, de brancos, igrejas, todo mundo dizendo que quer ação afirmativa.

Hoje tem um artigo no *Globo* falando sobre ação afirmativa. Um cara com uma visão: Vai lá e vem cá, mas ele já diz... Um artigo que defende. Têm surgido muitos artigos defendendo essa política.

A.P. – Sobre essa relação entre sociedade... qual a importância que você vê, enquanto pedagogo, sobre essa Lei que obriga as escolas...

I.S. – Que é outro avanço importante. O problema é a implementação da Lei. Nós temos que fazer movimentação de massa para garantir tudo isso. Mas é inegável... Uma sociedade com uma presença negra tão importante... Eu te dou um exemplo da escola dos meus filhos, é muito deprimente, quando você tem consciência, por exemplo: Eu fui na escola do meu filho de 9 anos e 13 anos, escola de classe média...

A.P. – Qual escola?

I.S. – Não vou dizer o nome, uma escola católica... Você vê: Olimpíada da escola. Todas as crianças que carregam a bandeira são brancas. Eles não se dão conta que naquela escola têm crianças negras. Não tem um professor negro. A escola da minha filha de três anos também não tem um professor negro. Botaram ela para ser anjo porque não tinha jeito lá, do outro lado, a avó dá aula de religião na escola, então botou a neta, porque queria ver a neta de anjo na escola, senão, não seria. Então, eu tenho observado, enquanto educador, que é muito duro as escolas particulares não contratarem professores negros. Há alunos brancos que nunca tiveram professores negros na sua vida, a não ser em uma escola pública. Eles nunca tiveram contato de forma positiva com a comunidade negra.

A.P. – E aí, como implantar em uma realidade dessa...

I.S. – Eu acho que tem que implantar. Primeiro, porque é uma Lei. O MEC tem que ajudar na formação primeiro, dos profissionais que vão trabalhar nessa área. Fazer uma capacitação grande. Ele pode fazer porque tem dinheiro para isso. Um país que quis mudar a tecnologia da gasolina para o álcool porque investiu, então, se quer fazer vontade política, tem que investir. E segundo, fiscalizar. Tem que fiscalizar, porque eu acho que o que é bom, não é para a comunidade negra, é para a sociedade brasileira: Aprender a ter a pluralidade. Todos não dizem que somos mestiços? Porquê não você conhecer essa contribuição que os negros deram? Não é só na capoeira, porque tem escolas que vão botar aulas de capoeira e vão achar que estão botando a cultura negra na escola. Não é isso. Acho que é a História mesmo. Como é que você faz uma revisão da Historiografia oficial no Brasil? Porque você estuda o feudalismo e não conhece nada da África.

Você vê que essa exposição que está no Banco do Brasil agora, mostra que a África tinha um conhecimento tecnológico muito mais avançado do que a Europa naquele período. Isso deve ser surpresa para as pessoas nesse país: “Eles tinham conhecimento disso?” Uns acham manusear o bronze, o ferro... Como é que eles manuseavam? Isso demonstra um refinamento que eles demoraram anos para ter. Só tiveram porque se apropriaram. Então, isso é bom para uma sociedade. Primeiro para a auto-estima da comunidade negra, e depois para a sociedade também entender que nós não somos um bando de boçais, que vieram para cá carregar carroças. Eu acho que isso é bom para a sociedade no seu conjunto, como um todo.

V.A. – Você estava dizendo que em 1970 e poucos, no Rio Grande Sul, em um encontro...

I.S. – Não. Foi um encontro em São Paulo, na Universidade de São Carlos. Surgiu a ideia, defendida pela delegação do Rio Grande do Sul, que o 20 de novembro fosse o dia nacional de consciência negra. A ideia veio do Sul.

V.A. – Eu vejo retrospectivamente, de hoje, o Movimento Negro, eu diria que ele está muito bem-sucedido. O que o senhor acha?

I.S. – Falta muito ainda. Mas eu acho, que do ponto de vista político, levando em consideração a estrutura, as condições que outros movimentos tiveram, ele foi o que mais teve sucesso. Porque, você imagina se a gente teve sucesso: Para usar um carro de som tinha que ser o do sindicato. É um movimento que não teve nenhuma estrutura de mobilização. Todos os atos que nós fizemos foram por nossa própria conta, para fazer o ENEN... A turma tinha que se virar. Você não teve partidos que investissem, como investem no Movimento Operário, ou no Movimento Feminista, não tivemos esse investimento, nunca tivemos. Ou uma coisa ou outra... Depois que alguns sindicalistas negros foram ganhos para a luta, começaram até a botar a pequena estrutura do seu sindicato para ajudar. Mas eu acho que, levando em conta isso, você vê: O último debate da campanha presidencial... Na agenda política, todos tiveram que falar sobre essa questão.

V.A. – E a constituição de 1988, com as comunidades remanescentes...

I.S. – É um avanço, mas não pode esquecer que foi vetado um artigo só voltado para a comunidade negra feito pelo Florestan Fernandes. Assim como tem um capítulo dos indígenas, tinha um capítulo preparado sobre os afro-brasileiros, que foi vetado, ele não foi aceito na Constituição. Aí entrou nas questões transitórias, os remanescentes ficaram nas questões transitórias, não foi aceito... Mas eu quero dizer, que tem um capítulo todo montado pelo Florestan Fernandes, que não foi aceito, os partidos se negaram a aceitar. O outro lado da moeda.

Mas eu acho que, mesmo assim, a luta avançou. Hoje eu recebi um telefonema de Muzambinha, aí o cara falou: “Nós fazemos ação afirmativa e queremos ganhar a Camélia. Queremos que você venha aqui lançar a Camélia. Nós recebemos estudantes da África...” Aí, todo animado porque Muzambinha era um quilombo, o nome é Quimbundo, aí descobri uma história que tinham duas comunidades negras... Aí eu falei: “Qual a ação que você faz para os negros?” Ele disse: “Não. Isso nós não fazemos.” Eu disse: “Então não vai ganhar Camélia. Você tem que fazer ação afirmativa.” Mas o fato do debate, por exemplo: A Xerox vai fazer um programa, porque a Xerox apoiou a campanha...

A.P. – A Xerox tem um programa, o Afro Ascendentes...

I.S. – Mas não tem na cultura da empresa. Essa que é a questão. Aí, quando eu fui conversar com eles, eles reconheceram. Eu falei: “Mas e os chefes aqui? E o diretor? Não tem... Então tem que fazer.” Aí a Xerox admitiu e está fazendo com o CEAP um plano de metas para atingir. Agora me procurou um cara da Embratel: “Queremos ganhar todos os prêmios...” Eu disse: “Mas tem que fazer. Tem que fazer aí um plano de metas, não é para varrer chão não, senão você não ganha. O negócio é a turma como técnico...”

Acho que vai abrir, e a ação afirmativa vai ajudar nisso, vai abrir vagas para esse pessoal. Isso não é fácil. Ter chefe negro, tem gente que não aceita. Isso é mudar a cultura da empresa. E vai mudar a cultura da sociedade. O que isso vai ter de “pau” ainda, você não queira nem saber. Acho até que alguns malucos vão querer dar tiros na gente.

A.P. – A gente quer saber sim...

I.S. – Quanto mais essa luta se tornar pacífica, mas ela tomar razão, aí dizem assim: “Vocês estão fazendo racismo às avessas.” Eu digo: “Nós? Nós nunca fomos racistas.” Se você observar bem, a comunidade negra é muito generosa. Eu costumo dizer sempre o seguinte: “Os caras chegam lá na escola de samba, lá na Mangueira, onde eu moro, os caras não sabem nem sambar. Aí nós ensinamos a sambar, a tocar tamborim, o cara entra na diretoria, vira presidente e nos coloca para empurrar o carro alegórico. O cara não sabe nem levantar o pé na capoeira, vai lá, a gente ensina, o cara entra, ganha cordel, vira mestre e ganha dinheiro. O cara entra na nossa macumba, vai lá fazer uma consulta porque o casamento está ruim,

porque não tem emprego, quer dar um oiê para Ogum, dá um estremelique e vira pai de santo da nossa cultura. Nós nunca discriminamos os brancos. Eles sempre entram nos nossos espaços, no entanto, no que eles criam, em nem tudo nós entramos.” Essa é uma diferença para derrubar a questão do ódio racial. E não virá da comunidade negra, não virá. Agora, se virá do outro lado, cabe à sociedade saber lidar com isso. Mas de nós não, somos generosos. Isso é uma outra coisa, porque eles trabalham como se nós fôssemos sempre agressivos, não é verdade. Então acho que esse debate é um debate que nós temos fazer com tranquilidade e colocar lá. Não somos nós, nós estamos reivindicando um direito, primeiro historicamente: Porque os nossos ancestrais construíram, foram eles que trabalharam aqui e construíram essa riqueza, nessas possibilidades, e é vergonhoso para a sociedade brasileira que nós não podemos ter acesso a esses espaços que estão constituídos na sociedade brasileira. Que são coletivos, estamos falando dos públicos, universidade pública, emprego público, estamos falando disso, e aí a iniciativa privada vai olhar do ponto de vista do mercado. Que ela olhe para o mercado, não há problema, porque se a gente consegue botar uma massa negra no mercado, nem todos os negros serão conservadores e vão virar milionários. Com certeza, a vanguarda da esquerda nasce dos setores médios mais abastados da sociedade, ou não é assim? Dos mais bem educados. Quem são os intelectuais da esquerda? Diz aí todos. Um ou outro... É raro ter um pobre. Mesmo quando diz que foi pobre: “Não. Eu sou filho de... Meu pai era um espanhol...” Como diz o Serra, mas o pai dele era o dono da quitanda. Não era o sapateiro, era o dono da loja que fazia sapatos. E não é tão importante que eles dêem contribuição? Então porque não também ter negros que tenham essa possibilidade.

Eu acho que daqui a alguns anos, daqui a 40 anos, vai ter outra coisa acontecendo.

V.A. – Outra coisa, ainda dentro daquela perspectiva de que é um movimento bem sucedido. A SEPPIR⁶... Só para saber da sua opinião.

I.S. – Da lógica do Estado, é uma possibilidade concreta. Embora eu tenha defendido outro modelo. Eu defendi a transversalidade. Não por conta do pessoal da SEPPIR, mas por conta do que o Estado faz quando cria a SEPPIR, porque é natural você dizer assim: “Já está resolvido naquele canto.” Eu seria favorável que no MEC tivesse um secretário negro em

⁶ Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Integração Racial, criada em março de 2003 com o intuito de estabelecer iniciativas contra as desigualdades raciais no Brasil.

uma daquelas secretarias, construindo uma política para a comunidade; que no Trabalho, que são áreas importantes, Educação e Trabalho, são fundamentais para nós... Eu preferia isto. Todo mundo sabe que eu defendi este modelo. O perigo da SEPPIR não é o não esforço da SEPPIR, é o isolamento em que podem, no fundo, colocar a SEPPIR. Se você não tem sensibilidade nos outros ministérios, a tendência é eles darem uma migalha aqui, outra ali, mas empurrar a SEPPIR. Mas, do ponto de vista do Estado Brasileiro reconhecer que tem que ter uma política, eu acho que é bem vinda. Eu tenho apoiado por conta disso, mas em nível de concepção, eu acho que podíamos ter feito um outro modelo. Obrigar o Estado a se comprometer de outra forma, porque é muito duro você olhar para um ministério e ver todos os secretários brancos. Parece que nós não temos capacidade de administrar, nem de gerir políticas. Tudo bem que esse governo tem um mérito, acho que é um governo que... São quatro ministros negros, isso nunca houve na história desse país, então, isso é histórico. Do ponto de vista do simbolismo isso é muito importante, mas eu quero pensar nas áreas como Educação, que é mais importante, e como Trabalho. São áreas super importantes para a nossa comunidade. Há um esforço, reconheço que há esforço. Eu tenho dialogado muito com o governo que eu ajudei a construir. Eu não ajudei a votar, eu ajudei a construir. Desde uma candidatura pequena aqui e ali, a gente vai ajudando a fundamentar...

Acredito nele. A gente tem que levar em conta que é o primeiro operário que chega a Presidência da República, tem toda uma questão aí. Não podemos dar margem aos conservadores que nunca fizeram nada, de que vai ser... Eu defendo o governo, mas eu acho que ainda temos que ter passos mais profundos. É o caso da Lei, eu acho que tem que investir. Acho que é uma lei, ele assinou, mas tem que botar dinheiro, quem sair no orçamento, tem que capacitar... Acho um pouco isso... Mas andamos. Eu não esperava que a gente pudesse ver tanta coisa, participar de tanta coisa, pelo menos assim: Os meus filhos que... Porque os nossos filhos nunca entendem a gente direito. No fundo ele quer saber porque a gente não comeu naquele dia em casa. Filho de militante, você sabe o que é isso. Faltou na mesa, naquele domingo você não estava. O cara estava lá, ferrado. Não ficou rico, mas não interessa. Pelo menos deu caráter, deu uma série de coisas que a gente só vai perceber depois. Eu vejo também pelo meu filho mais velho. Mas se olhar bem hoje, se ver essa discussão toda assim, vai dizer: “Agora eu entendo porque o coroa não estava lá em casa, porque muita coisa aconteceu e ele participou disso.”

Eu digo para os meus filhos às vezes, para a minha filha, hoje meu filho está na Estatística, mas está fazendo vestibular de novo para Administração, o segundo. Aí eu fui conversar com ele. Para convencer a turma lá de casa de cotas, não foi fácil não. Eu tive que sentar três horas para explicar. Eu falei: “Vocês não podem desmoralizar a cota, vocês têm que fazer pela cota.” Aí acabaram compreendendo. Mas aí, ele hoje... A irmã dele que me falou, não foi ele, aí disse assim: “Agora ele vai fazer Administração porque ele acha que com esse negócio da cota nas empresas, vai ter vaga para executivo.” Aí ele entendeu. Para que ele quer se beneficiar. Então eu falei: “Agora vocês entendem porque que a gente estava aí batalhando...”

Eu acho que não foi em vão. Eu acho que a nossa geração, Amauri, Yedo, Januário, esse pessoal todo nosso, nós não lutamos em vão. Eu acho que, pelo menos, estamos vendo...

V.A. – É muito bom você ver isso em vida...

I.S. – Você ver que tem mudanças, sinais de mudanças. Muito pouco você vê a publicidade. As comunicações, as novelas da Globo agora... Mesmo que ainda não esteja como nos nossos sonhos, mas tem mudado, e é fruto da nossa luta. Não é porque eles acordaram um dia e acharam que... É fruto da nossa luta. Então vai ser assim com as universidades, quando a gente olhar a universidade, olhar a área tecnológica, ligar a televisão e ver um engenheiro negro falando, dando sua contribuição na sociedade, sendo uma coisa natural, não excepcional. Eu acho que a sociedade vai ganhar com isso, vai lucrar com isso, as crianças negras vão ter novas perspectivas, não o tráfico, perspectiva de poder virar piloto de avião, de virar uma coisa... Acho que é disso que a sociedade precisa. Isso vai ter efeito na luta contra a violência. Essa comunidade não tem perspectivas. Eles não percebem, eles são tão burros que eles não percebem isso. E você cria um novo caminho, aí vai valer a pena estudar, porque hoje você tem um segmento negro que não sabe que vale a pena estudar. Eles sabem que não vale. Você olha um *shopping center*, é uma vergonha você entrar em uma loja e ver dez trabalhadores brancos e você achar que aquilo está normal. Você vai em um restaurante na Zona Sul, vai nos grandes balcões das empresas de aviação... Quando eu estou viajando o cara fala comigo em inglês, porque ele acha que eu sou estrangeiro, no avião ele não acha que eu posso ser brasileiro. Então eu acho que isso é muito vergonhoso, mas eu acho que mesmo assim esse Movimento tem conseguido vitórias...

V.A. – E o senhor também, conseguido muitas vitórias...

I.S. – Eu acho que eu tenho contribuído. Eu acho que eu não tenho assim... Eu levei boa parte da minha vida batalhando, lutando para o desenvolvimento...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.S. – Então, é mais ou menos isso... Eu vejo que valeu a pena. Vale a pena para os filhos. Quando eu olho para a minha filha de três anos, que é a mais nova, que não entende nada ainda, mas daqui a uns anos ela vai entender. Acho que a vida para ela na sociedade vai ser um pouco menos pior.

V.A. – Muito bem. Parabéns.

I.S. – É claro que os que carregam nosso sobrenome, as pessoas pensam duas vezes: “Não pode porque o pai...” Eu vejo na escola dela, lá todo mundo... Meu filho diz às vezes uma coisa lá, o de 13 anos, e dizem: “Não pode, porque nós temos um representante da raça negra na sala.” Quando que iam ter esse cuidado antes? Claro que a presença na escola também... O pessoal sabe que se fizer alguma coisa vai ter problema. Mas isso já, o pessoal pelo menos... Mas antigamente nada, falavam: “Macaca.” A professora escutava mesmo. Agora vai com um pouco mais de cuidado. Até porque o CEAP ajudou a disseminar a ideia de que o racismo é crime. Vocês se lembram daquela polêmica do caso Tiririca, que nós entramos na Justiça; o caso do Ministro que disse que só tinham dois negros [**incompreensível**], nós entramos com uma ação contra ele... No caso Tiririca eu apanhei muito, mas eu estou feliz hoje, porque qualquer pessoa que tem uma contenda diz: “Eu vou lá na delegacia e dou parte de você.” Foi a partir daquele caso, quando deu aquela mídia toda: “Racismo agora é crime.” Então apesar de toda a pressão da imprensa, toda a maldade da imprensa, que não queria discutir a letra da música, queria discutir a censura. Eu não estava discutindo a censura, queria discutir a letra da música: Ela é racista ou não é racista. Mas apesar de todo o circo, caiu no consenso da população de que agora é crime. Agora não precisa mais ir no CEAP, se

o cara é discriminado vai na delegacia, leva a testemunha, sai dali, constitui um advogado e entra com uma ação. Então, acho que isso é uma contribuição que nós demos. Foi bom.

V.A. – Essa missão... A última pergunta, quando é que o senhor percebeu? Foi ao longo da sua trajetória, então...

I.S. – Eu acho que eu fui indo... Como diz o outro. Tem coisas que você não explica, tem coisas que você vai fazendo. Eu sempre lutei contra a violência policial e não sabia que a minha mãe tinha sido assassinada pela polícia. Eu sempre lutei, eu acho que você se indignar com as coisas como elas, às vezes estão postas, é normal...

V.A. – Mas você se indignar e ficar indignado... Mas o senhor partiu para um movimento, para uma atuação política...

I.S. – Acho que isso me fez não ser um grande marginal. Essa talvez seja a diferença fundamental, porque com a história que eu tive, com as dificuldades que eu tive, o mundo que eu vivi... Talvez eu tenha canalizado tudo isso para mudar a sociedade ao invés de me revoltar. A revolta não leva ninguém a nada, a consciência política leva você a outros lugares. Acho que foi isso que aconteceu.

V.A. – Isso foi o que o senhor percebeu lá na Ilha Grande?

I.S. – Não. Percebi quando eu visitei a Ilha Grande... Eu posso dizer isto...

V.A. – O senhor canalizou as energias para uma atuação política, e não...

I.S. – De se revoltar, assaltar os outros, dar tiros... Isso eles esperam de nós, com isso eles nos colocam na vala comum de criminoso. Eu enfrentei muitos grupos de extermínio, e costumo dizer: “O Ivanir é um defunto caro.” Eles pensam duas vezes. Já pensaram em me dar uns tiros na época, já deram tiros no meu carro, já deram tiros lá no CEAP... Mas eles sabem... Quando a primeira-dama da França foi lá me visitar eu estava ameaçado de morte quando a gente estava enfrentando os cavalos corredores... Quando ela foi lá, eles viram que pelo

menos ia ter alguém para segurar a alça do caixão, que o mundo todo ia saber: “Então é melhor deixar esse cara aí.” Mas acho que é um pouco isso...

V.A. – O que é isso, cavalos corredores?

I.S. – Era um grupo que participou das chacinas, tanto de Vigário Geral, que nós mobilizamos a sociedade... Nós tivemos uma atuação muito forte na chacina de Vigário, na Candelária, nós tivemos um papel... Nós demos materialização do Movimento Negro aquilo que o Movimento Negro sempre disse. Nós conseguimos tornar isso bem visível para a sociedade. Minha escola política foi o Movimento Negro, nossas brigas, nossas questões, nossas disputas... Foi ali que eu me formei. Eu não fui formado no partido, eu estou dando minha contribuição no partido a partir daquilo que eu tenho do Movimento. É isso.

V.A. – Muito bem. Obrigada.

[FINAL DO DEPOIMENTO]